



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ARTE, CULTURA E HISTÓRIA
(ILAACH) PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
EM ESTUDOS LATINO-
AMERICANOS (PPGIELA)**

**PROCESSOS, VIVÊNCIAS E SEMENTES DA DIÁSPORA LIBANESA EM FOZ DO
IGUAÇU**

ALI SOBHA FAYAD

Foz do Iguaçu
2023



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ARTE, CULTURA E HISTÓRIA
(ILAACH) PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
EM ESTUDOS LATINO-
AMERICANOS (PPGIELA)**

**PROCESSOS, VIVÊNCIAS E SEMENTES DA DIÁSPORA LIBANESA EM FOZ DO
IGUAÇU**

ALI SOBHA FAYAD

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos Latino-Americanos.

Orientadora: Profa. Dra. Diana Araujo Pereira

Foz do Iguaçu
2023

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

F282

Fayad, Ali Sobha.

Processos, vivências e sementes da diáspora Libanesa em Foz do Iguaçu / Ali Sobha Fayad. - Foz do Iguaçu-PR, 2023.

89 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos. Foz do Iguaçu-PR, 2023.

Orientador: Diana Araujo Pereira.

1. Migração. 2. Diáspora Libanesa. 3. Estudos Interdisciplinares. 4. Foz do Iguaçu. I. Pereira, Diana Araujo.
II. Título.

CDU 314.5(569.3)

ALI SOBHA FAYAD

PROCESSOS, VIVÊNCIAS E SEMENTES DA DIÁSPORA LIBANESA EM FOZ DO IGUAÇU

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Latino Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos Latino-Americanos.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof. Dra. Diana Araújo Pereira

Prof. Dr. Fábio Aristimunho Vargas

Prof. Dra. Giane da Silva Mariano Lessa

Prof. Dra. Laura Janaina Dias Amato

Foz do Iguaçu, 24 de janeiro de 2023.

Aos amigos e familiares,
pelo incentivo e apoio constantes

AGRADECIMENTOS

Em Nome de Deus O Clemente O Misericordioso

A Ele me dirijo em agradecimento e louvor pela oportunidade de seguir com meus estudos apesar de todos os obstáculos. n'Ele deposito minha confiança pois Ele é o meu confidente, e n'Ele Deposito minhas forças pois não há força senão através d'Ele. Agradeço a Ele pela benção da família, pelo meu pai Sobhi, minha mãe Rabiah, minhas irmãs Sarah e Fátima, meu irmão Mohamad Ali, minha esposa Laura, minha sogra Mary, meu tio Saleh, minha prima Mayada, assim como todos meus parentes e familiares que sempre apoiaram minhas decisões e desejam a minha felicidade. Agradeço ao Bom Senhor pela Benção da amizade, aquela que fortalece a personalidade e faz o caminho mais leve, aos que já se foram, se distanciaram, seguem ao meu lado e que estão por vir, minhas saudações de paz e amor a vocês.

Agradeço o Altíssimo por me permitir ser discente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar de Estudos Latino-Americanos onde estive frente a grandiosos Mestres e Doutores, verdadeiros Mentores e Guardiões do Saber, e a minha eterna gratidão a Doutora Diana Araújo Pereira pela postura, paciência e orientação exemplar que me faz chegar até aqui.

*"Sabe lá, por onde eu andei, o que passei, o que deixei pra
levar e pra lembrar, não ter mais lugar me fez buscar do outro
lado do mar e de novo tentar..."*

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo a análise dos desafios culturais e legais enfrentados pelos migrantes libaneses e seus descendentes que compõem a diáspora libanesa de Foz do Iguaçu. Para esta reflexão, tomou-se como estudo de caso o romance autobiográfico *Nur na Escuridão* que trata da jornada migratória de uma família Libanesa ao Brasil no ano de 1927. Em contrapartida, houve a análise indutiva de narrativas de membros atuais da diáspora libanesa.

Palavras-chave: Migração. Diáspora Libanesa. Estudos Interdisciplinares. Foz do Iguaçu

ABSTRACT

This work aims to analyze the cultural and legal challenges faced by Lebanese migrants and their descendants that form part of the Lebanese diaspora of Foz do Iguaçu. For this reflection, the autobiographical novel *Nur na Escuridão* was taken as a case study, which deals with the migratory journey of a Lebanese family to Brazil in 1927. On the other hand, there was an inductive analysis of narratives of current members of the Lebanese diaspora.

Keywords: Migration. Lebanese Diaspora. Interdisciplinary Studies. Foz do Iguaçu

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar los desafíos culturales y legales que enfrentan los migrantes libaneses y sus descendientes que forman parte de la diáspora libanesa de Foz do Iguaçu. Para esta reflexión, se tomó como estudio de caso la novela autobiográfica *Nur na Escuridão*, que trata sobre el viaje migratorio de una familia libanesa a Brasil en 1927. Por otro lado, se realizó un análisis inductivo de narrativas de actuales integrantes de la diáspora libanesa.

Palabras-clave: Migración. diáspora libanesa. Estudios Interdisciplinarios. Foz de Iguazú

ملخص

يهدف هذا العمل إلى تحليل التحديات الثقافية والقانونية التي يواجهها المهاجرون اللبنانيون في مدينة فوز دو إيغواسو. من أجل هذا التحليل ، تم دراسة رواية السيرة الذاتية نور في الظلام و تتناول رحلة هجرة عائلة لبنانية إلى البرازيل في عام 1927، ومن ناحية أخرى ، كان التحليل الاستقرائي لتقارير أفراد الجالية اللبنانية

كلمات مفتاحية: الهجرة. الجالية اللبنانية. الدراسات متعددة التخصصات. فوز دو إيغواسو

LISTA DE ABREVIATURAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
CNIg	Conselho Nacional de Imigração
DPRNM	Documento Provisório de Registro Nacional de Migrante
IPPDH	Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos
LMD	Sistema francês aprovado
LU	Universidade oficial libanês
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
OIM	Organização Internacional para as Migrações
ONU	Nações Unidas
Saben	Conselho de Senhoras da Sociedade Árabe de Beneficência
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 PROCESSOS MIGRATÓRIOS	16
1.1 FRONTEIRAS E TRANSFRONTEIRAS	16
1.2 MOBILIDADE HUMANA	21
1.3 MIGRAÇÃO: CONCEITOS E SUJEITOS.....	27
1.4 LEGISLAÇÃO MIGRATÓRIA DO BRASIL.....	30
2 VIVÊNCIAS MIGRATÓRIAS	38
2.1 DA DIÁSPORA	39
2.1.1 Diáspora Libanesa no Brasil.....	46
2.2.2.1 Filhos da Diaspora: Salim.....	51
2.1.1.2 Minha Terra	61
3 SEMENTES: RAYHANA	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa carrega em seu bojo um valor muito além do acadêmico, carrega o lado sentimental pelo fato desta cidade ser o cenário das minhas memórias mais afetivas, pois como filho de migrantes eu também aqui fui acolhido quando nos refugiámos no Brasil da guerra dos 33 dias¹; também carrega o sentimento profissional, como advogado especializado em migração, ou até quando atuava na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Relações com a Comunidade, este tema ressoava nos corredores dos prédios públicos pedindo a merecida atenção.

Pode-se dizer que é minha missão de vida, poder seguir adiante com esta pesquisa que reflete um questionamento íntimo e perpétuo que toma a forma de uma lembrança de quando, ainda pequeno, estudava no Líbano e a professora pedia para desenhar o nosso quintal, rapidamente desenhava as Cataratas do Iguaçu como quintal da minha casa.

Isto se deve ao fato de eu ter nascido no Brasil, mas a minha família migrou ao Líbano quando tinha apenas um ano de idade com o propósito de providenciar uma educação de qualidade que levasse em conta nossa cultura e costumes. Assim, mesmo sem ter visto nada além de fotos das Cataratas do Iguaçu, eu tinha orgulho de pertencer ao Brasil, meus pais diziam que eu tinha nascido no Brasil e isso já era o mundo para mim!

Em 2006, quando a guerra dos 33 dias nos desabrigou, nos vimos diante da necessidade de retornar ao Brasil, mas desta vez como refugiados. Me vi diante da concretização de um sonho, conhecer a minha pátria. E lá fomos nós de ônibus em ônibus, de avião em avião até aterrissar nos fundos do meu quintal, na terra das Cataratas.

Eu era um brasileiro, migrante e refugiado retornado de 12 anos de idade, provindo de um ambiente hostil, pode se imaginar a dificuldade na adaptação visto a barreira linguística, a disparidade cultural existente e a enorme confusão identitária.

A escola era uma tortura, pois por mais que seja uma escola Líbano Brasileira, os alunos preferiam usar o Português a maior parte do tempo, reservando o árabe apenas para quando quisessem proferir palavras não tão adequadas para aquele

¹“Durante as hostilidades, morreram cerca de mil e cem libaneses, em sua maioria civis. Estima-se que outros 900 mil tiveram que abandonar suas casas para fugir dos bombardeios. Os prejuízos à infraestrutura do país foram estimados em US\$ 2,5 bilhões.” SILVA (2006).

ambiente. Este comportamento se tornou rotineiro, escondendo uma valiosa parte de nós, a identidade árabe.

Me esforcei para aprender o Português e os costumes dos jovens brasileiros, desde a roupa e até mesmo as gírias. No entanto, sem me dar conta, caí num conflito interno que me torturaria por um longo período da minha juventude. Sofrimento que motivou a busca por respostas e de certa forma resultou nesta pesquisa. Quando não me sentia confortável na rua pelo fato de ter o sotaque e o visual árabe bem destacados, nem em casa por ter que agir de modos que não entendia naquela época, começaram os questionamentos sobre quem eu era de fato e o porquê da injustiça.

A minha identidade era baseada em fragmentos incompreendidos de várias culturas e tradições, ao tempo em que o restante do mundo não precisava lidar com tamanha confusão e ninguém se interessava em entender o que eu estava sentindo. Esta crise indenitária trouxe consigo uma enorme depressão, um vazio intenso que me levou a caminhos que até hoje me arrependo de ter percorrido. De alguma forma, a “cura” foram as viagens e relatos sobre a terra da minha infância, que inspiraram, e me fizeram amar, respeitar e se orgulhar da minha história tão única! A experiência de nascer no Brasil, sendo filho de imigrantes libaneses, se estabelecer no Líbano, para então voltar anos mais tarde como refugiado ao Brasil, é agora motivo de orgulho, me leva ao empoderamento e encoraja o ativismo social em prol daqueles que sofrem com a mesma crise, ajudar a entender que é possível abraçar o seu lado árabe sem deixar de ser visto como brasileiro. Que é possível amar duas terras, falar duas línguas e ser respeitado por quem é! Ao ver jovens trilhando o mesmo caminho escuro que um dia trilhei, penso em maneiras de ajudá-los a se libertar da vergonha e outros sentimentos negativos, para que a evolução seja possível.

Sendo assim, a motivação por trás desta pesquisa é empoderar minha comunidade através da promoção de um bem-estar social, fazer as novas gerações perceberem a importância de seguir em frente, permitindo-se inspirar pelas histórias de superação dos seus antepassados e assim, semear a esperança. A intenção é que toda história de vida seja valorizada por mais única que seja. Portanto, as motivações descritas no trabalho, não são apenas teóricas, mas uma realidade diária. Pode-se dizer, então, que esta pesquisa é uma jornada pessoal em busca de respostas de utilidade pública.

Um exemplo desta busca é do destacado escritor Salim Miguel que chegou ao país ainda pequeno, mas o deslocamento realizado por sua família marcou sua

carreira literária, principalmente, em seu romance *Nur na Escuridão* (1999)², que reflete a história de milhares de imigrantes árabes que fizeram o mesmo trajeto de Salim ao imigrar para o Brasil em 1927. O interessante nessa obra é o protagonismo dos migrantes. A narração da história é assumida pelo migrante possibilitando que este possa contar em primeira mão as alegrias e os infortúnios da jornada.

Sendo assim, usaremos a narração de Salim como uma janela para a compreensão da situação em que se encontravam as primeiras ondas de migração árabes ao Brasil, desde as barreiras enfrentadas até o destino destes. Juntamente com esse relato literário histórico, nossa pesquisa também conta com um relato contemporâneo, da migração recente (2022) de um casal libanês à Foz do Iguaçu. Um casal que mesmo diante de uma gestação no seu último mês, decidiram deixar para trás tudo e todos aqueles que conheciam para se aventurar no desconhecido com o objetivo de obterem outra nacionalidade que não seja a libanesa. Isso nos faz questionar os conceitos que permeiam a temática migratória assim como a situação do país que ambos os casos deixaram para trás. Tanto o passado descrito por Salim Miguel no seu livro, quanto o futuro da recém-nascida fazem com que seja necessária uma análise interdisciplinar visto a complexidade da temática.

Para isso, reserva-se um capítulo especificamente para a conceituação dos termos pertinentes, utilizando bibliografias recentes sobre os conceitos de fronteira, deslocamento humano, migração e diáspora. Escolhemos autores que abordassem tais conceitos de modo não tradicional, como Fernando Ainsa, José Valenzuela, Stuart Hall, Robin Cohen, Hayes Edwards, William Safran e Catherine Wihtol de Wenden.

Logo em seguida, e baixo o título “Vivências Migratórias” ocorre o aprofundamento no conceito da diáspora e mais especificamente a diáspora árabe no Brasil, para tentar compreender a situação do país de origem assim como a estrutura de acolhimento no âmbito local desde o ponto de vista legal e cultural com foco na organização destes na cidade Foz do Iguaçu-PR que conta com uma comunidade consideravelmente estruturada.

Assim, no terceiro capítulo “Sementes da Diáspora: A prática do Acolhimento” faz-se uma reflexão sobre o destino destes que são fruto da migração levando em consideração todos os aspectos expostos. A intenção é chegar em conclusões mais amplas e assim conseguir vislumbrar o cenário de futuros migrantes árabes no Brasil.

² MIGUEL (2004a). (Todas as demais citações da obra serão retiradas dessa edição).

O principal método utilizado é o de análise bibliográfica com relação aos conceitos utilizados e o modelo de pesquisa social indutiva para as entrevistas, aliados à observação participante, uma vez que o autor é parte do grupo social estudado, o que caracteriza um método descritivo qualitativo.

1 PROCESSOS MIGRATÓRIOS

No intuito de realizar um estudo competente sobre a temática pretendida, se faz necessário expor o conceito das fronteiras sob um prisma interdisciplinar uma vez que as realidades dessas regiões são muito mais complexas. Nota-se que, no seu caráter histórico, o vocábulo fronteira vem do latim *fronteria* ou *frontaria*, que significa a parte do território que fica *in fronte*, nas margens. No entanto, é a partir do ser humano que se definem as margens em uma sociedade, tornando o homem a medida de todas as coisas. Assim, é o próprio ser humano quem cria suas fronteiras, e pensa a filosofia sobre elas. É o ser humano quem vê a fronteira também como instrumento eficiente para estimular o pensamento humano, e também para definir sociedades e culturas, uma vez que a fronteira não é só física. Sendo assim, é relevante apontar para o elo que une a migração com o conceito de fronteira, um elo poderoso capaz de destruir famílias, mas também de formar outras. não há como pensar em migrar, sem considerar a travessia de uma fronteira, seja uma ponte ou o próprio medo. Mas o que é que leva um certo grupo a querer atravessar estes limites?

1.1 FRONTEIRAS E TRANSFRONTEIRAS

O sociólogo José Manuel Valenzuela Arce (2014) afirma que as fronteiras podem ser definidas como portais ou sistemas de classificação social, pois são demarcações que significam e são significados, ou seja, as fronteiras são capazes de definir a situação social de uma determinada população. Dito isso, complementa-se este pensamento com as palavras do escritor Fernando Aínsa (2006), que afirma que a fronteira nos ajuda a “*entender la dimensión de límite protector de diferencias como en la línea que invita al pasaje y a la transgresión*”. Ou seja, a necessidade de atravessar a fronteira pode ser uma resposta ao status quo, a migração pode significar a ruptura com uma realidade que não mais queira ser tolerada pela população obrigada a ser enxergada dentro de uma lente social específica.

Outro agente propulsor de enfrentamento ao desconhecido é o que diz respeito à fronteira do conhecimento, todo e qualquer avanço significa a ruptura de posturas anteriores, na concepção de Ludmer (2010). Ao observarmos mais cuidadosamente o tema dos limites (fronteiras) do conhecimento, percebe-se que quando se está diante de um conhecimento científico, essas fronteiras mostram seu caráter efêmero.

Pois é pela fronteira, espaço de contato entre áreas do conhecimento, que se constrói ou se redimensiona o conhecimento e que se cria coragem de enfrentar terras desconhecidas e até mesmo o espaço infinito. A bravura de cruzar os limites possibilitou a construção do conhecimento necessário para compreender o mundo em que vivemos e suas transformações.

Dessa forma, é significativo para a nossa pesquisa, que propõe expor a realidade vivida pelos migrantes, explorar as diferentes dimensões das fronteiras. Na visão de Valenzuela, é nas zonas fronteiriças que ocorrem os processos socioculturais que criam “territórios transfronteiriços” (2014), onde ocorre uma conjunção³ das fronteiras. Ou seja, uma região onde grupos sociais diferentes têm a possibilidade de compartilhar conhecimentos e diferentes elementos culturais criando, dessa forma, novos fenômenos culturais.

Al mismo tiempo que protege y propicia contactos, la frontera funda nuevos espacios en sus propios límites. Allí se amortiguan las diferencias más flagrantes y surgen nuevas realidades lingüísticas, sociales, étnicas y culturales: las de las llamadas zonas fronterizas. (AÍNSA, 2006, p. 28).

Como ilustra o escritor Fernando Aínsa no trecho supracitado, o homem entendia a fronteira como os obstáculos naturais, rios, montanhas e desertos que impediam a apropriação do território além dali e formavam um coletivo identificado com este mundo que o circundava. No decorrer do tempo, a esta fronteira se soma a identidade de zona onde é possível que o coletivo crie uma nova identidade linguística, cultural, política e econômica.

Em contrapartida, desenvolveu-se a ideia de fronteira política, a marca da soberania de um Estado. O poder de um inicia-se onde termina o poder do outro. Uma fronteira nesse contexto deixa uma porta entreaberta para outros paradigmas e visões de mundo que vão invariavelmente penetrando nos valores econômicos, religiosos e artísticos da coletividade (MATTAL, 1991).

Dessa forma, é pertinente pensar o efeito da globalização sobre esta questão. Desde o século XIX, os desenvolvimentos das novas tecnologias empregadas à comunicação têm diminuído as distâncias e estreitado as relações entre os povos e suas culturas. O que acontece na China agora, em questão de minutos ou até

³ Conjunção de acordo com o dicionário online de Português, é o ato ou efeito de conjungir, de ligar ou associar uma coisa ou pessoa a outra(s). E é exatamente o fenômeno que ocorre na fronteira.

segundos, pode ser notícia por aqui, impulsionado pelo comportamento de um mundo globalizado, que cada vez mais parece querer aproximar as identidades.

La frontera contribuye a definir esa noción de "modo de vivir" que conlleva la idea dominante de peculiaridad en un medio dado, lo que se reivindica como identidad. La necesidad, por no decir lo inevitable de las fronteras, se evidencia en esta legitimación y protección de lo diferente que enmarca en sus límites (AÍNSA, 2006, p. 219).

Fernando Ainsa, entretanto, adverte que este mesmo comportamento é regido por um conjunto de ideias configuradas de maneira diferente nos países desenvolvidos do que em países em desenvolvimento. O que denota a supremacia dos primeiros em relação aos segundos, ancorada, principalmente, pela produção de tecnologia e pesquisa, que hoje é uma das formas mais poderosas de estabelecer ou manter a hegemonia. Diferentemente da visão econômica do que seriam os limites nacionais, quando tratamos dos limites entre culturas, relações sociais, e os paradigmas de cada realidade, não se pode padronizar as dinâmicas que as permeiam.

Além do fator da conjunção, José Manuel Valenzuela menciona também a disjunção. Por disjunção, o autor entende a separação de realidades que são intrinsecamente relacionadas entre si (VALENZUELA, 2014). A fronteira nessa situação cessa os fluxos de trânsito, no sentido material, mas também, impede a interlocução social, no sentido abstrato.

En efecto, al mismo tiempo que protege diferencias, la frontera genera e inaugura divisiones entre espacios contiguos que no siempre serían diferentes por su naturaleza, tanto geográfica como social o cultural. El límite que fija la frontera puede ser en sí mismo una forma de fundar diferencias donde no existían con anterioridad. Toda creación se inaugura al oír una repartición instauradora de límites espaciales, es <<fundadora de la diferencia>> y - como recuerda Claude Raffestin (1986:4) - explica en todas las cosmogonías el mito del origen de la humanidad. Basta pensar en las particiones de la creación del mundo y las fronteras que se establecen en el mismo Paraíso del Génesis. (VALENZUELA, 2014, n.p.).

Do ponto de vista político a fronteira é uma faixa, uma ruptura imposta a ser atravessada e derrubada como decorrência da visão contemporânea, que estimula a formação de blocos econômicos supranacionais (CASTELLO, 1995). Mas, vemos claramente que são justamente as diferenças culturais que marcam a mentalidade de um determinado povo e por isso mesmo seria muito difícil abolir as fronteiras culturais entre os países. Dessa forma, um aspecto interessante da disjunção para se salientar, é que Valenzuela entende a fronteira não só como uma demarcação física, mas

também como uma demarcação social e simbólica. Social no sentido de que a comunidade que antes compartilhava a mesma matriz cultural, agora é dividida em dois lados supostamente distintos.

Em sua definição mais comum, a fronteira é o limite do território em que se implica uma mudança de comportamento tanto física quanto social. E seus efeitos são completamente perceptíveis, sente-se o impacto de um choque cultural porque não se está preparado previamente para ver com naturalidade o que é encontrado. Tem-se dificuldade em soltar a língua, tropeça-se nos verbos, carrega-se no sotaque e estranha-se o gosto das coisas, procura-se pouco a pouco aprender os passos do novo ritmo. A fronteira é quase sempre olhada como um obstáculo até que se atinja o outro lado.

Mas também, junto com a disjunção e a conjunção, Valenzuela menciona a conectividade da fronteira, um aspecto parecido, mas que é diferente da conjunção. A conectividade se traduz em múltiplas maneiras, onde diferentes esferas têm a possibilidade de se relacionar. Uma zona de contato, sistemas que, além de demarcações nacionais, permitem pensar e repensar questões muito mais abstratas, como as fronteiras de gerações, de gênero, étnicas e religiosas.

La frontera como membrana permeable permite la ósmosis de campos culturales diversos. Parece paradójico y en parte lo es sostener que las fronteras están hechas para ser cruzadas. La meta es cruzarla, atravesarla; transponer las fronteras internas o externas ligadas a una lengua, raza, ideología o religión, porque toda frontera es, en definitiva, el punto inicial para poder acceder a otros horizontes (VALENZUELA, 2014, n.p.).

Criadas antes para proteger do que para isolar, elas se ligam à necessidade primitiva do homem em encontrar abrigo para suas manifestações coletivas. Porém com a faculdade, entre as quais pode-se incluir certamente, o permitir saber o que se passa e o que existe nos outros grupos sociais (MARTÍN, 1994). Ou seja, contempla o desejo de se conectar de alguma forma com o outro.

No entanto, só agora, diante da globalização as fronteiras parecem começar a se render à liberdade de comunicação e ao conhecimento mútuo. Caminha-se para uma distância menor entre a fronteira geográfica, política e cultural, não se esquecendo que a fronteira é um organismo vivo e que envolve o instinto de proteção e segurança. Como uma mãe, ela acolhe outros filhos, mas sem deixar de proteger os seus.

Se puede pensar, entonces, que no es posible eliminar las fronteras sino que hay que confrontarse con ellas, del mismo modo que tampoco puede portarse por mantenerlas absolutamente cerradas. En definitiva, hay que plantearse la necesidad de aprender a vivir a <<través>> de las fronteras, en la porosidad y en ósmosis del cuerpo social e individual que respira, en la intimidad protegida de una identidad y en el intercambio que da elasticidad a todo límite. (AÍNSA, 2006, n.p.).

Como diz Fernando Ainsa, é necessário aprender a viver através das fronteiras, para beneficiar-se de sua conjugação e conectividade. Esse é exatamente o que os migrantes têm feito ao longo dos anos, viver através das fronteiras afetando o entorno onde se inserem. Assim, seguindo o entendimento de Castles (2010), a transformação social é a categoria central para compreender a complexidade, interconectividade, a contextualização e os multiníveis dos processos migratórios, em vistas da nossa atual realidade de acelerada transformação global.

A chave do entendimento acerca das migrações é a relação entre transformação social e mobilidade humana. Por isso, as fronteiras, espaços que anteriormente eram só de separação e distinção, deixam de representar apenas o limite ou a linha divisória, quando se trata da mobilidade humana. A questão a ser salientada é que estes novos significados foram criados a partir do momento em que deixamos de lado nossas definições rígidas, e permitimo-nos libertar-se para aceitar a visão de Integração e de transformação social.

Contudo, a abordagem do tema da migração hoje só é possível com uma nova perspectiva apropriada para o novo século. Sendo assim, escolhemos olhar a migração a partir das fronteiras, pois é evidente que sem fronteiras não existiria o termo migração. O deslocamento só é visível devido às delimitações fronteiriças, sem elas, haveria apenas migrações internas, aquelas em que o indivíduo se moveria em apenas um espaço geográfico. Mas graças as fronteiras a locomoção do indivíduo se vê como uma mudança territorial.

Sendo assim, para as ciências sociais, as fronteiras podem ser vistas como sistemas de produção de relações socioculturais. Espaços capazes de representar lados opostos de um mesmo aspecto. Podem ser de conjugação, como também de disjunção, ou então, de conexão e separação, contém dois aspectos de uma mesma dimensão. Por isso, reiteramos que as fronteiras vão muito além da delimitação física de Estados nacionais.

Conclui-se então que a fronteira pode ser conceituada a partir de distintas disciplinas, e por mais que seja um termo corriqueiro em nosso vocabulário, ele possui

uma profundidade que atinge o cerne dos Estudos Interdisciplinares como um todo. Isso porque, ao observá-la mais cuidadosamente, é visível que as fronteiras são espaços de articulação e vinculação, pois tem um poder, intrínseco a sua natureza, de unir coisas, sejam costumes ou pessoas, que anteriormente estavam separadas, e tornando-as em um único organismo (VALENZUELA, 2014).

Como vimos através das diversas formas de definir uma fronteira, denota-se que este “lugar” carrega uma representação simbólica, capaz de acompanhar a transição humana e todas suas significações. Cabe, portanto, avançar no estudo da temática proposta, e jogar uma luz sobre o deslocamento, visto como um movimento pertencente ao processo de migração. Uma vez que a forma em que ocorre tal movimento pode ser um fator determinante da tipificação do processo de migração em pequena ou grande escala. Sendo assim, pode-se dizer que o deslocamento é a essência da migração, e precisa ser devidamente conceituado e definido.

1.2 MOBILIDADE HUMANA

Os fluxos migratórios são fenômenos internacionais de alta complexidade que abarcam várias áreas do conhecimento, no entanto, assim como foi visto, estes fluxos não ocorreriam sem a existência das fronteiras, pois delas depende a ideia de se mover de um lugar para outro. O deslocamento humano é o que produz o movimento visto nas migrações. De forma geral, o deslocamento é motivado por perspectivas relacionadas com seu lugar de origem. Neste ponto podemos elencar os motivos mais conhecidos como sendo as dificuldades sócio econômicas, religiosas ou culturais.

De forma simplificada as famílias saem de seus locais de origem devido a essas dificuldades, e partem em busca dos motivos de permanência em outros locais, a disponibilidade de saúde, educação e moradia, infraestrutura e trabalho, possibilidades de uma vida digna. Dessa forma, a especificidade de cada deslocamento é o início dos processos que impactam o mundo todo. Ou seja, os motivos pessoais, de certa maneira, moldam os deslocamentos particulares, e os deslocamentos particulares, por sua vez, originam os fluxos migratórios. Assim, cada família ou indivíduo migrante é fruto de processos históricos, e os processos históricos são moldados pelo deslocamento particular dos indivíduos.

As diversas modalidades migratórias demandam a necessidade de reavaliação dos paradigmas para o conhecimento e o entendimento das migrações internacionais

no mundo, e a incorporação de novas dimensões explicativas torna-se imprescindível, assim como a própria definição do fenômeno migratório deve ser revista (BAENINGER, 2011). Iniciaremos nossa reflexão sobre o deslocamento com o que Rosana Baeninger (2011) afirma sobre o papel do espaço de movimento. Para a autora, a imigração é, em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço, questão que retomamos nos parágrafos anteriores. No entanto, esse espaço, que antes de mais nada é o espaço físico, também pode ser qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente, entre outros.

Outra vez nos deparamos com a diversidade de dimensões que o processo de deslocamento abarca, mas além dessa interdisciplinaridade inata, os fluxos migratórios também são determinados pela interposição entre as “causas” e os “motivos”. Considerar e entender essa combinação de fatores, que vão muito além do deslocamento de um indivíduo do ponto a ao ponto b, permite uma compreensão mais elaborada da migração, entendida como um processo social. E como processo social, os fluxos migratórios são condicionados tanto por fatores individuais, mas também estruturais.

Para Baeninger (2011), conciliar as “causas” e os “motivos” que explicam os fluxos é uma forma de operacionalizar uma harmonização entre os condicionantes macro e micro estruturais. Temos, então, aqui a relevância dos processos históricos, mas também das histórias particulares de cada família e indivíduo. Desse modo, a análise do deslocamento migratório precisa conciliar a ação e a estrutura. Assim, nos explica a autora, que essa ideia é um “novo movimento teórico” dentro da teoria sociologia contemporânea, que busca uma síntese entre correntes teóricas que enfatizavam a microteoria e perspectivas que valorizavam as determinações estruturais.

Movimento que ao nosso ver responde às exigências atuais dos fluxos migratórios. Neste primeiro momento de entender as causas do deslocamento, nos deparamos com a dualidade entre causa e motivo, e a sobreposição dos fatores micro e macro, isso quer dizer, os processos históricos determinam a história das famílias, mas por outro lado as histórias comuns das famílias determinam os processos históricos, o que é muito claro ao observar os grandes movimentos migratórios da história.

A complexidade das formas de deslocamento encontram apoio nos novos movimentos teóricos. Nos estudos sobre fluxos internacionais contemporâneos, a

desconsideração desta multiplicidade nas formas e dinâmicas dos deslocamentos implica prejuízos significativos à análise (BAENINGER, 2011). A realidade atual tem uma complexidade muito maior e demanda dos pesquisadores a formulação de novos conceitos. Vamos conhecer o conceito de espaço migratório e circulação para podermos aprofundar o entendimento do deslocamento.

No entanto, a proposta dos novos movimentos teóricos é entender que esses espaços englobam não apenas os lugares de passagem e de permanência, mas igualmente todos os outros lugares com os quais o indivíduo se relaciona ainda que, como aponta Courgeau, seja de forma não presencial. O mapeamento da rede de relações do indivíduo num certo momento permite que se verifique, posteriormente, as transformações que eventualmente ocorram. Dessa maneira o espaço ocupado pelo indivíduo não é apenas o espaço físico onde se encontra, mas também suas relações.

Face aos objetivos da discussão aqui proposta, esse conceito é importante porque permite definir novas formas de mobilidade e servir de base para novas classificações dos deslocamentos. Cria-se, assim, a noção de espaço de vida, onde se encontram as relações do migrante, e depende igualmente em critérios tais como duração, frequência e periodicidade dos deslocamentos para fundamentar o desenho de tipologias de mobilidade (DOMENACH; PICOUE, 1996 *apud* BAENINGER, 2011). Incorporar o espaço de vida do indivíduo permite apreender as trajetórias migratórias sem incorrer em simplificações.

Origem e destino ganham mais nuances, e cria-se a possibilidade, principalmente no caso de pesquisas qualitativas, de contemplar os deslocamentos em toda sua diversidade. Neste momento cabe um parêntese, pois ao se pensar que o indivíduo se relaciona com o ponto de origem e com o ponto de destino, Rosana Baeninger menciona Bruneau (2009), o qual entende que a diáspora existe e se reproduz pelos laços de ligação entre os lugares, situação na qual apesar de distantes de seu “território original”, os migrantes reivindicam a mesma identidade através de diversas práticas sociais que podem ser familiares, religiosas, são como memórias coletivas.

Assim, a diáspora é um tipo de deslocamento, no qual é bastante evidente que as relações no espaço de vida do indivíduo não se limitam ao seu espaço físico. Dessa forma, “uma diáspora é uma construção comunitária e indenitária particular, originada por diversos períodos de dispersão, ou por diferentes tipos de migração, e

da combinação de múltiplas identidades, ligadas aos diferentes países de acolhida e de origem”(BRUNEAU, 2009, p. 32). O que nos mostra que o deslocamento físico não necessariamente é um deslocamento social ou cultural, mas pode ocorrer ainda mantendo as relações originais.

O argumento central da reflexão proposta é que a compreensão das migrações internacionais contemporâneas exige a contextualização do fenômeno investigado, do ponto de vista da origem, do destino e da sustentação dos fluxos, bem como dos agentes envolvidos (BAENINGER, 2011). Por isso nesta parte nos detemos a observar as dinâmicas dos pontos de origem e destino. Mas também nos perguntaremos sobre o que é migração e quem é o migrante na sociedade de acolhimento, contemplando nesta abordagem a diversidade das modalidades de migração e de circulação no fluxo pesquisado.

Independentemente do referencial adotado em cada pesquisa, o importante é que o modelo teórico “prove” sua capacidade de compreender o fenômeno, tarefa mais facilmente realizável quando a teoria e os conceitos utilizados estão em consonância com o contexto e com o fluxo pesquisado (BAENINGER, 2011). Isso tudo considerando, que as migrações do século XXI têm mudado bastante daquilo que convencionalmente conhecemos por migração. Isso porque, as migrações de crise têm adquirido, cada vez mais, papel importante no cotidiano social das sociedades de chegada e de partida, em seus mercados de trabalho, e em seus fluxos financeiros.

Hoje a migração é parte integrante do desenvolvimento e está refletida na divisão internacional do trabalho, afirma mais uma vez Rosana Baeninger (2013). Assim, a diversidade de situações migratórias locais, regionais e internacionais constroem a complexidade do fenômeno, não sendo possível nos pautarmos apenas no dinamismo econômico nacional. Dessa forma, os processos econômicos, políticos, sociais ou culturais não podem ser considerados separados, cada um como um único caminho de causa e motivo dos deslocamentos migratórios. Antes são “dimensões escalares, quase sempre transescalares” nas palavras de Rosana Baeninger (2013). Isso quer dizer que são, na realidade, escalas de um mesmo processo que muitas vezes se sobrepõem, e coexistem.

Para a autora não há hoje um processo social relevante cuja compreensão seja possível através de uma análise ou intervenção uni escalar, isto é, observando apenas uma dimensão. Baeninger (2013) enfatiza ainda que esse movimento, o deslocamento de populações corresponde às necessidades geradas tanto na área de origem como

na área de destino, como vimos anteriormente. Essa sobreposição entre as necessidades do ponto de origem e destino, compõem um movimento transnacional, que acompanha o capital e a inserção das localidades na divisão social e territorial do trabalho em âmbito nacional e internacional.

Aqui temos outra questão sobre o deslocamento, o fato dele conseguir integrar as localidades ao sistema internacional. Sobre essa questão a autora acrescenta que o ponto de inserção produtiva em âmbito internacional tem contribuído, em nível nacional, regional e local, para a configuração de espaços urbanos selecionados. Ou seja, vemos impactos práticos desses deslocamentos nos espaços locais, assim, deslocamentos populacionais, são mais do que um deslocamento de indivíduos, mas processos de reestruturação urbana, que emprestam novas feições às cidades, criando novas divisões do trabalho (BAENINGER, 2013).

O deslocamento é capaz de produzir transformações significativas em termos econômicos, políticos e sociais ao conectar o local com o internacional. Um dos impactos vistos são as modificações nas formas e os processos urbanos até então vigentes nas cidades; intensificou-se a velocidade das transformações tecnológicas; as cidades pequenas e de porte médio passaram a constituir uma importante fatia do dinamismo regional; mudaram a direção e o sentido dos fluxos migratórios nacionais e internacionais (BAENINGER, 2013). A partir do momento em que as localidades se inserem na lógica global, se desencadeia uma nova configuração migratória internacional e nacional.

As localidades sendo participantes das dinâmicas internacionais geram diversas modalidades de fluxos, incluindo os movimentos migratórios de refugiados. Estas migrações se intensificam na mesma velocidade da mobilidade do capital na contemporaneidade, com a conseqüente redefinição no papel da migração no desenvolvimento e constituição do mercado de trabalho no país (BAENINGER, 2013). Isto é, vários fatores, dimensões escalares se sobrepõem, principalmente as questões do lugar de origem e de destino, que se mesclam e moldam os fluxos migratórios.

Nessa mescla de fatores do território de origem e de destino, a nacionalidade do indivíduo é posta em segundo plano, pois o território nacional já não é o único fator determinante no deslocamento. Pensar nas migrações ou os deslocamentos populacionais, vinculados a apenas um determinado território traz os limites as interpretações que são baseadas no “nacionalismo metodológico”, ou então do “estatismo enraizado” diante de fenômenos que transitam em campos sociais

transnacionais, no parecer de Rosana Baeninger (2013). Ou seja, são fenômenos que transcendem o Estado Nação como o detentor dos processos sociais, deixando de lado a presumida correspondência entre o território nacional com os processos sociais.

Torna-se, então, mais claro que o nacional e o não-nacional não são condições mutuamente excludentes. A superação metodológica para este limite, segundo a autora, está no estudo das cidades e do lugar local no contexto da globalização e, dentre seus efeitos sociais, as migrações internacionais. Rosana Baeninger (2013) ao citar Wimmer e Glick-Schiller (2003) alega que o “nacionalismo metodológico” é uma perspectiva analítica que não inclui processos transnacionais que compõem os processos sociais atualmente vigentes no Estado-nação.

Isso ocorre por causa da emergência de processos sociais que cruzam as fronteiras geográficas, culturais e políticas dos países de origem e de destino, a partir do envolvimento simultâneo dos migrantes, ou ainda, “transmigrantes”, nessas duas sociedades, segundo a autora. Se enfatiza, portanto, a necessidade de uma mudança no paradigma dos estudos sobre as migrações internacionais, considerando que existe uma parcela dos migrantes que não são assimilados completamente por seus países de destinos, mas transitam naquilo que Baeninger chama de transnacionalismo.

Este é um caminho teórico-conceitual importante para as explicações da migração e suas vinculações com demais processos transnacionais. Em suma, a autora afirma que estes processos precisam do conceito interdisciplinar, onde os percursos migratórios podem revelar que nas decisões de partir ou permanecer na origem ou manter uma instalação definitiva ou duradoura no destino estão acompanhadas de múltiplas e constantemente renovadas articulações com os países de origem.

Se faz necessário conhecer o conceito de “circulação migratória” da já mencionada autora, que descreve o comportamento de migrantes que não são completamente assimilados pelo país de destino, e mantém forte vínculo com seu país de origem. A implicação é que dicotomias claras de 'origem' ou 'destino' e categorias como migração 'permanente', 'temporária' e 'de retorno' são cada vez mais difíceis de sustentar em um mundo em que a vida dos migrantes é cada vez mais caracterizada pela circulação e compromisso simultâneo com duas ou mais sociedades ou comunidades.

O deslocamento, portanto, atualmente implica a integração nas sociedades de acolhimento, junto com a continuidade do compromisso com as sociedades de origem, e não necessariamente uma substituição, mas podem ser complementares. Há muito se supõe que a integração dos migrantes coincidiria com um afrouxamento gradual dos laços com as sociedades de origem e que a migração “permanente” representaria, portanto, inevitavelmente, uma “perda” para o país de origem. Essa suposição explica muito do pessimismo sobre a sustentabilidade das remessas e a ideia de que a contribuição dos migrantes para o desenvolvimento nos países de origem está apenas ligada à migração de retorno.

Portanto, mais do que um simples movimento de saída de um espaço para outro, o deslocamento é um movimento que não apenas depende, mas conecta o ponto de origem com o espaço de destino em uma relação que contempla todas as dimensões dessas sociedades. Assim também, as causas e os motivos do deslocamento não se limitam a algumas dimensões de cada nação participante, mas é definido pela sobreposição de cada dimensão escalar, seja o aspecto econômico, político ou social entre outros. Esse processo por ser tão amplo supera as determinações do território nacional, e da ideia do nacional, contribuindo para a integração do local ao internacional.

Contudo, entende-se que os indivíduos e seus movimentos têm capacidade de influenciar as conjunturas internacionais em todas suas dimensões. Pois assim como o direito, as demais esferas da sociedade internacional são para o bem-estar do gênero humano. Nesse sentido, a reparação das violações de direitos humanos deve ser atendida pelo direito das gentes, com os mesmos princípios de justiça, aplicando-se tanto aos Estados como aos indivíduos ou povos que os formam (TRINDADE, 2012).

Mais uma explicação para o fato de o deslocamento superar a concepção de nacionalidade. O indivíduo que se desloca impulsionado pela busca por direitos a uma vida digna, está exercendo sua liberdade dentro da comunidade internacional.

1.3 MIGRAÇÃO: CONCEITOS E SUJEITOS

Hoje, 3,6% da população mundial é migrante, o que em números representa 281 milhões de pessoas (NAÇÕES UNIDAS, 2022). Diante disso, a migração internacional toma um lugar de destaque. Motivando muitas pesquisas, institutos,

conferências, revistas científicas e publicações a analisar esse fenômeno social internacional, no intuito de associar a migração com a troca cultural global, que por si só logra promover maior integração e valorização da vida humana como um todo.

Nesse sentido é interessante notar o caso brasileiro, onde existe uma mescla de culturas e etnias. Apenas entre 1872 e 1949 foram mais de 4,55 milhões de imigrantes que chegaram ao Brasil (LASSER, 2001), todos sob o pressuposto de reforçar a mão-de-obra. Para a Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2005), a migração internacional é um movimento de pessoas que deixam seus países de origem ou de residência para se estabelecerem em outro país. Para eles esse processo ocorre por meio de uma clara desconexão do sujeito do seu espaço original e sua conexão com outro espaço. Contudo, a análise do conceito não pode se basear apenas na explicação sobre o romper, ou então sobre a travessia de fronteiras geográficas, pois essa é apenas uma das dimensões do processo.

A análise do conceito deve levar em conta a compreensão dos obstáculos em si, isso quer dizer que deve abordar a reflexão dos obstáculos sobre o migrante que ao se deparar com um ambiente não satisfatório para a manutenção de uma vida digna e segura, sai em busca de um novo ambiente que possa proporcionar essas necessidades básicas.

De acordo com o Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos - IPPDH, “la migración o el acto de migrar es el desplazamiento desde un territorio de un Estado hacia el territorio de otro Estado o dentro del mismo”. Se refere, então, a qualquer movimento da população, independentemente do seu tamanho, composição ou causas (IPPDH, 2017, p. 20). Nesse sentido, a migração pode ser internacional (quando se parte de um país para outro) ou interna (quando o deslocamento ocorrer dentro do próprio país).

A migração pode ser também voluntária ou forçada. O migrante voluntário é aquele que decide migrar, seja por uma oportunidade melhor de trabalho, seja para reencontrar seus familiares ou, de modo geral, pela busca por melhores condições de vida. Por outro lado, a migração pode se dar, também, de maneira forçada, como no caso dos refugiados, ou dos deslocados por desastres naturais, dentre outros. Sendo assim, a intensidade da mobilidade humana na atualidade carrega consigo um aumento na complexidade da sua motivação.

A fluidez do conceito atinge possibilidades que devido à globalização se ampliaram:

[...] ao dismantelamento das fronteiras, à diminuição da soberania dos Estados nacionais com a criação das grandes entidades transnacionais; à livre circulação de bens e de capitais; à descrença nas grandes narrativas; enfim, ao fenômeno que é chamado globalização e à sua expressão cultural que é denominada pós-modernidade. (FIORIN, 2013, n. p.).

Essa nova complexidade citada, resultado das atuais mudanças conjunturais, também envolve conflitos e catástrofes naturais que, mesmo sendo recorrentes, sempre emergem de forma repentina colocando em xeque o conhecimento que já se tinha sobre o perfil dos que se deslocam. Esse perfil diz respeito aos seus motivos, sua classe social, sua localização, e até a forma como as políticas públicas atendem as necessidades econômicas e humanitárias das populações atingidas.

Dito isso, tentaremos expor um panorama geral que trata da questão migratória, de forma mais abrangente, sem se deter a um tipo específico. Usando a conceitualização como ponto de partida, para posteriormente aprofundar especificamente a problemática proposta, a migração árabe para a cidade de Foz do Iguaçu, nos propomos, igualmente, a observar a adequação da legislação brasileira sobre migração e as dificuldades reais dos migrantes, estudando o caso específico da cidade escolhida.

Antes de seguir com a conceitualização, vamos recapitular algumas questões importantes, como destaca Wenden (2016), as migrações internas e internacionais afetam quase todas as regiões do mundo. Dessa forma, se as categorias de migrantes e de países se tornaram mais fluidas ao globalizar-se, a globalização das migrações se faz acompanhar também, e paradoxalmente, houve também uma regionalização dos fluxos migratórios. Assim, em escala mundial, as migrações organizam-se geograficamente em sistemas migratórios complexos em torno de uma mesma região, onde se constroem complementaridades entre zonas.

Estas zonas, correspondem às zonas de partida e de acolhida que combinam as proximidades geográficas; vínculos históricos, linguísticos e culturais; redes transnacionais construídas pelos migrantes; e encontros de fatores de oferta (“*pull*”) e procura (“*push*”) de mão de obra que formam um espaço formal ou informal de circulação, acompanhado ou não de facilidades institucionais de passagem. (WENDEN, 2016). Frente a essa combinação de fatores nas zonas de partida e acolhida, aliada a conexão desses dois espaços, busca-se compreender a reação grupal frente às forças globalizantes, uma vez que a mobilidade humana é intrínseca à globalização.

A questão maior está em superar a dimensão econômica, e assim poder abarcar toda a complexidade e a diversidade das experiências migratórias. Visto que os motivos do deslocamento variam de região para região, sabemos que as razões podem ir de questões políticas até os conflitos religiosos. Nesse sentido, Santos (2002) ressalta que estamos diante de “um fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo”. Sendo assim, vemos que a questão da migração está muito além do fator financeiro, ou seja, muito além de apenas a situação econômica, na decisão de se deslocar, fatores sociais, culturais e até religiosos muitas vezes têm um peso maior.

Sendo assim, a capitalização é apenas um dos fatores que levam ao deslocamento em massa de uma população. Por isso, em busca de uma análise mais aprofundada e precisa dos fluxos migratórios, sugerimos uma abordagem político-econômica sobre migrações, e não apenas econômica. Uma abordagem que se conecte com os fatores locais, sejam econômicos ou políticos, pois a migração não está dissociada das relações sociais amplas de uma sociedade.

Notamos que a diversidade e a contextualização dos processos migratórios não podem ser ignorados, por isso, seguimos em busca de uma definição que compreenda a migração dentro do escopo da sociedade e suas conseqüentes transformações sociais contemporâneas. Compactua-se, então, com a interdisciplinaridade, com maior ênfase para a área do Direito, para revelar o lugar do sujeito migrante, que se mantém oculto e longe da atenção global vindo a tona apenas em momentos de grandes catástrofes, cabe revelar as normativas que regem a história de sua vida.

1.4 LEGISLAÇÃO MIGRATÓRIA DO BRASIL

Seguindo com o objetivo do presente capítulo de conceituar a migração, pretende-se expor a seguir a forma em que a legislação brasileira trata a temática ao longo de sua história. Pois mesmo que o Brasil seja considerado um país de constantes fluxos migratórios, percebe-se a dificuldade da conquista dos direitos migratórios. Dito isso, é necessário compreender as diferentes políticas adotadas e o contexto histórico que os envolve.

Em um primeiro momento, durante o século XIX, no Brasil, a migração se traduzia em mão de obra, portanto era vista como um fenômeno positivo e necessário para o desenvolvimento do país que visava o desenvolvimento e proteção do território

nacional. Eram feitas propagandas com a promessa da concessão de terras férteis, subsídios e passagens. No entanto, essas promessas nem sempre eram concretizadas. Neste momento, a predileção por imigrantes alemães e italianos se dava por considerá-los bons agricultores, e pela crença de que se adaptam melhor no país. Assim, a política migratória determinava que a concessão de terras públicas para a intervenção e moradia de imigrantes era permitida somente para aqueles que possuíssem talento com a agricultura, bem como os de pele branca, pois era considerada como ideal para o desenvolvimento do país. Nesse momento, os imigrantes de origem europeia privilegiados foram os alemães, segundo os italianos, espanhóis, suíços e poloneses, raramente dando espaço para outras nacionalidades. (CARNEIRO, 1950).

Já no início do século XX, na Primeira República no Brasil, houve diminuição no fluxo de imigrantes europeus. Com o objetivo de mudar esse cenário foi promulgado o Decreto nº 528/1890, responsável por regulamentar o Serviço de Introdução e Localização de Imigrantes. A partir de então, se inicia uma política de livre entrada de indivíduos no Brasil para trabalhar, exceto para aquelas pessoas provenientes da Ásia e África, bem como os indígenas, que só poderiam entrar no país após aprovação do Congresso Nacional. Nesse contexto, a política migratória brasileira privilegia questões econômicas e a eugenia, usando como pretexto fatores como gênero, idade e capacidade laborativa. Portanto, visavam a construção de uma nação unificada nos padrões que os governantes e a elite desejavam. Tempos depois foi regulamentado o Serviço de Povoamento, vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio pelo Decreto nº 9.081/1911. Neste momento, as promessas aos imigrantes continuavam. Essa prática de subsídios às imigrações era considerada necessária, pois era baixo o contingente de imigrantes espontâneos. Nessa legislação também eram claras as características do perfil desejado de imigrantes, incluindo idade, gênero, nível social, dentre outros.

No contexto do Estado Novo (1937-1945) sob o comando presidencial de Getúlio Vargas, a cultura estrangeira não foi fomentada. Os migrantes começaram a ser vistos como ameaça à constituição de uma Nação Brasileira, por não se assimilarem à cultura nacional. Assim, durante este período, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial, os imigrantes passaram por um processo de subordinação às culturas e identidades brasileiras, com o intuito de forçar essa assimilação, que ia

desde a proibição de línguas estrangeiras nas escolas, assim como o uso de idiomas que não o português no cotidiano desses imigrantes.

Com o Decreto-lei nº 3.175/1941, a restrição aos imigrantes continuou. A lei descreve que fica suspensa a concessão de vistos permanentes. Assim, só seria permitido mediante autorização consular, desde que o imigrante cumprisse os requisitos, conforme a legislação em vigor. Ou seja, era nula a ideia de incluir e integrar o imigrante à sociedade brasileira, sem realizar imposições próprias da cultura brasileira. Já com o Decreto-lei nº 7.967/1945, um planejamento semelhante foi aplicado, uma vez que dispunha as diretrizes para colonização e migração no Brasil. A “imigração dirigida”, como trata o Decreto-Lei, possuía características restritivas, com ausência de liberdade do imigrante, se considerarmos que o imigrante que vinha ao Brasil com este propósito não poderia dedicar-se a outra atividade sem a liberação expressa das autoridades fiscalizadoras.

Somente após este período é que ocorreu a ratificação da Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951, Estatuto que foi posteriormente incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro em 1997, por meio da lei nº 9.4742, instituindo um conjunto de normas de proteção nacional da pessoa humana em situação de mobilidade.

Até o final da década de 1950 e início da década de 1960, os países latino-americanos, incluindo o Brasil, saíram da rota migratória, em razão da predileção dos migrantes por países de primeiro mundo, como os Estados Unidos. Neste contexto, a migração para o Brasil não deixou de acontecer, no entanto, não ocorria mais em larga escala como costumava acontecer.

Já durante o Regime Militar (1964-1985), predominou o enfoque da segurança nacional, que deveria manter de fora das fronteiras àqueles que pretendiam causar desordem. O migrante era visto como uma ameaça à coesão social do país excluindo assim pessoas que vinham ao país em busca de melhores condições de vida, ou mesmo em busca de refúgio e/ou asilo. Nesta mesma época, foi promulgada a Lei nº 6.815 de 1980, denominada Estatuto do Estrangeiro, considerada à sua época um avanço em matéria de Direitos Humanos sendo então considerada uma lei reacionária.

Contudo, a migração continuou sendo encarada sob um viés produtivo, mas sempre privilegiando a segurança nacional em detrimento de questões voltadas aos Direitos Humanos. A pressão dos Organismos Internacionais para que o Congresso

Nacional modificasse a legislação era constante, visto a necessidade de acompanhar os tratados internacionais sobre os direitos fundamentais da pessoa humana.

A pressão resultou em que a política de imigração pudesse ser realizada pelo Poder Executivo, sem precisar do aval do Parlamento. Desde então, a política migratória brasileira é exercida por órgãos específicos, como por exemplo, o Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Trabalho e Emprego, bem como o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), órgão responsável de articular a política migratória brasileira através da política de migração laboral.

A relevância da temática migratória na agenda política e social brasileira, se deve, entre outros aspectos, ao fato da emergência, naquela década, da emigração internacional, onde muitos brasileiros passaram a viver no exterior em situação de vulnerabilidade. Esses migrantes brasileiros não vislumbravam as mínimas condições que favorecessem sua inserção no país de destino. Como, por exemplo, aspectos relacionados à obtenção de trabalho e à cobertura da previdência social. Também contou com a entrada irregular de trabalhadores e suas famílias que vieram, sobretudo, da Bolívia e Paraguai; e a chegada massiva de haitianos e africanos, no início dos anos 2010. Tudo isso escapava ao controle do governo brasileiro e requeria uma tomada de posição, dado que o aparato legal não conseguia dar conta de enfrentar todas essas situações. Tais questões foram sendo tratadas de duas maneiras. Na primeira, seguiu-se a receita dos Estados Unidos e da União Europeia, promovendo a regularização dos estrangeiros que residiam há determinado tempo no país. Essa medida não conseguia atender a todos que se encontravam nessa situação.

Essa primeira opção não resolvia o essencial – a necessidade de uma política migratória clara, que abarcasse, ao menos, os eixos da regulação, integração e cooperação internacional, seja qual fosse o viés ideológico que orientasse tais políticas. Na segunda, o CNIg passou a enfrentar o problema emitindo, pontualmente, Resoluções Normativas para cada questão surgida. Não obstante, surgiram avanços importantes em aspectos humanitários. Avanços como proteção, livre circulação dos trabalhadores do Mercosul, entre outros. No entanto, o que se produziu foi um verdadeiro emaranhado normativo, que estava longe de enfrentar as questões migratórias com a necessidade e a profundidade requeridas. Deve-se enfatizar que, nesse ínterim, o país também aderiu a medidas internacionais que visam à proteção

e garantias dos direitos dos imigrantes, como a Convenção Contra o Crime Organizado e o Tráfico de Pessoas.

Essas medidas foram tomadas em 2004, com a intenção de tratar das questões relacionadas às migrações internacionais, porém o país navegava num mar de avanços, paralisia e retrocessos. Contudo, é importante reconhecer que a relevância alcançada pelo debate em torno da questão migratória no Brasil impulsionava e pressionava na direção dos avanços necessários, o que levaria a embates de posições e ideologias conflitivas. Do governo central eram emitidos sinais distintos na forma de abordar a problemática. Importante ressaltar que a origem dos direitos dos refugiados e dos migrantes está intimamente ligada ao surgimento do Sistema Internacional dos Direitos Humanos. Codificado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1945 pelas Nações Unidas (ONU), o Direito dos Refugiados vê seu primeiro reflexo nos direitos das minorias. Em seguida, surgiram as fontes primárias do direito internacional específicas para o direito dos refugiados: a Convenção dos Refugiados de 1951 e o Protocolo Adicional de 1967.

Na atualidade, os fluxos migratórios têm como uma das principais razões as desigualdades existentes entre os países do mundo e/ou dentro de um mesmo país, impondo um grande desafio a “forma estatal de pertenças fechadas, governadas por mecanismos ambíguos que incluem os cidadãos, excluindo todos os outros” (RESTA, 2004, p. 23-13). Como pode ser visto nas próprias criações de algumas leis no Brasil, dependendo da forma de encarar o migrante, a constituição de leis sobre ele, em vez de garantir a proteção de seus direitos humanos, pode acabar por excluí-los da sociedade, por vê-los como alheios ao país.

Uma das principais leis que ilustram a forma em que o “outro” fora oprimido é o Estatuto do Estrangeiro, lei de número 6.815, criada em agosto de 1980 que esteve em vigor até o final de 2017. Seus princípios de preservação dos interesses nacionais, e de manter a soberania do Estado forte e seguro, restringia o movimento e o exercício de cidadania por parte dos Estrangeiros. Em outras palavras, o Estatuto do Estrangeiro (BRASIL, 2017) remete à Ditadura Militar em seu conteúdo e forma. Tinha-se então, a visão de que o estrangeiro, ou seja, aquele que não é nascido em território nacional, constitui uma ameaça nacional, pelo simples fato de não ser natural do país. Isso se torna claro ao observar seus primeiros artigos.

Art. 1º Em tempo de paz, qualquer estrangeiro poderá, satisfeitas as condições desta Lei, entrar e permanecer no Brasil e dele sair, resguardados os interesses nacionais.

Art. 2º Na aplicação desta Lei atender-se-á precipuamente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, socioeconômicos e culturais do Brasil, bem assim à defesa do trabalhador nacional.

Art. 3º A concessão do visto, a sua prorrogação ou transformação ficarão sempre condicionadas aos interesses nacionais. (BRASIL, 2009).

Esta restrição se deu por conta da visão negativa e xenofóbica passada pela mídia internacional no final do século XX e início do século XXI sendo levantada a bandeira da segurança nacional. Dito isto, a vigência desta lei por tanto tempo não foi consensual, nem a sua aplicação pacífica.

A opinião pública da sociedade brasileira era dividida fazendo com que o período fosse repleto de debate a nível nacional. Especialmente a partir da Constituição Federal de 1988 que segundo Del`Olmo e Rotta (2017) representava a redefinição da cidadania diante de um processo de internalização dos humanos, deixando um solo fértil para uma linha de conquistas legislativas que defendiam esta nova tendência. Os autores explicam essa internalização na legislação.

Como resultado desse processo de internalização dos direitos humanos e redefinição da cidadania em nosso ordenamento jurídico, a partir da Constituição de 1988, tem-se a promulgação de uma série de diplomas legais, dentre os quais se destacam a lei que institui o crime por preconceito de raça ou cor (Lei n.º 7.716, de 05 de janeiro de 1989), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990), o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990), o Estatuto dos Refugiados (Lei n.º 9.474, de 22 de julho de 1997), a Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340, de 07 de agosto de 2006) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015).

Por isso, não é por acaso que a Carta Maior recebeu o apelido de Constituição Cidadã pelo seu célebre defensor Ulysses Guimarães. Advogado e político que lutou ferozmente contra a ditadura militar, e reconheceu o compromisso da Constituição de 1988, em intensificar o resguardo pelos direitos humanos de maneira compatível com o que já era praticado pela esfera judiciária internacional até então.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição. (BRASIL, 1988).

O texto da lei demonstra a força de vontade do povo de romper com a Ditadura e com a “Doutrina de Segurança Nacional” que possuía a autonomia de usar a força para limitar quaisquer direitos. Força que era legitimada pela lei, porém, tinha uma interpretação ambígua, como é o caso do Estatuto do Estrangeiro. Para Kenicke (2016), o Estatuto do Estrangeiro de 1980, pratica a exclusão ao regular a entrada do imigrante de forma arbitrária, sempre que a presença do estrangeiro seja vista como inconveniente pelas autoridades por motivos de sua origem, cor, raça, etc.

O visto humanitário, figura legal instituída em 2012, se apresentou como solução para a situação de emergência, situações inesperadas como é o caso dos desastres naturais, já mencionados. Sua instituição foi resultado de discussões no âmbito nacional sobre a necessidade de um marco regulatório dos novos fluxos de Haitianos (catástrofe ambiental), Sírios (conflito armado) e posteriormente os Venezuelanos (embargo econômico).

Até então, estes movimentos emergenciais eram atendidos pela Lei de Refúgio de 1970 que introduziu à legislação brasileira a Convenção de 1951, texto que traz a definição da figura de refugiado.

Em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivo de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do seu país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do seu país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele (CONVENÇÃO RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS, 1951).

Interessante notar que o texto acima é do mesmo ano em que se instituiu o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). A agência toma este texto como sua Lei Maior. Vale ressaltar que somente através do Protocolo de 1967 é que o status de Refúgio se torna global. Até então, somente quem era europeu tinha acesso à tal condição.

E fora a Convenção de Cartagena 1984, a ampliação do escopo legal admitindo sob esta denominação (refúgio) as pessoas que buscam proteção em função de condições adversas à sua reprodução socioeconômica, como por exemplo a violação maciça dos direitos humanos e a violência generalizada.

Nem tudo, felizmente, foi retrocesso. Em 2017, o Brasil adotou uma legislação de vanguarda na acolhida de migrantes. A Lei 13.445/2017 substituiu o anacrônico Estatuto do Estrangeiro, escrito sob a óptica da segurança nacional, e passou a abordar a migração pela perspectiva de direitos humanos. A nova legislação veio em boa hora: a crise humanitária que atingiu a Venezuela gerou um forte fluxo migratório em direção a diversos países das Américas. No Brasil, a maioria dos venezuelanos entrou pela fronteira com o Estado de Roraima. Desde então, Conectas passou a atuar para colocar a nova lei em prática e para a formulação de políticas locais e nacionais capazes de responder a essa emergência. (CONNECTAS, 2017).

Assim, em maio de 2017, veio a aprovação da Lei de Migração - 13.445. Diferente da anterior, esta lei reforça a necessidade de um atendimento adequado às demandas, um atendimento humanizado consonante com a Constituição Federal de 1988. A lei tem por princípio entender a complexidade migratória emergente, e justifica a decisão do uso do termo migrante em sua amplitude nesta dissertação, escolha realizada com base na Lei de Migração que mesmo tendo este título abarca todas as possíveis situações de deslocamento, desde imigrantes, emigrantes, residentes fronteiriços, visitantes, refugiados e apátridas.

Diante do exposto, nota-se que a legislação brasileira sobre o tema nos revela que o Brasil passou por diversas formas de tratar o migrante, tendo na colonização uma política de portas abertas similar ao conceito de conjunção em que os migrantes acabam por se integrar de forma natural e pacífica com a sociedade da época, a fronteira da disjunção exemplificadas pelas políticas públicas agressivas que surgiram junto ao Estado Novo e perduraram por todo o século passado e a fronteira conectiva que se demonstrou possível pelo advento de tratados como do Mercosul e a nova Lei de Migração.

2 VIVÊNCIAS MIGRATÓRIAS

A comunicação possibilitada pela globalização tornou possível o conhecimento instantâneo da situação de vida de pessoas conhecidas ou não ao redor do mundo, aprimorando o juízo na hora de avaliar a própria qualidade de vida. Para Hall (2003), a partir de meados do século XX, a globalização foi responsável por tornar a migração um fenômeno global.

Ao migrar da terra natal, as pessoas muitas vezes são obrigadas a deixar uma grande parte de sua identidade para trás, se agarrando e manifestando aquilo que é indispensável para a sobrevivência do que lhes representa como cultura. Sendo assim, a manifestação da identidade cultural passa a ser vista como algo fundamental e constitutivo não apenas de nossas práticas, mas também dos modelos que utilizamos para conferir sentido à realidade.

A identidade cultural fixada no nascimento, por parte da natureza, impressa através do parentesco e da linhagem de genes, constitui o nosso eu mais interior, sendo impermeável a algo “mundano”, secular e superficial quanto uma mudança temporária de nosso local de residência. A pobreza, o subdesenvolvimento, a falta de oportunidades – os legados do império em toda parte – podem forçar as pessoas a migrar, o que causa o espalhamento – a dispersão. Mas cada disseminação carrega consigo a promessa do retorno redentor. (HALL, 2003, n.p.).

Stuart Hall (1997) afirma que a cultura pode ser compreendida em termos de significados partilhados. Em suas próprias palavras, “pertencer a uma cultura é pertencer mais ou menos ao mesmo universo conceitual e linguístico”. Utilizando outras terminologias, o autor também define esse universo como mapas conceituais compartilhados e sistemas classificatórios utilizados por determinados grupos sociais para conferir sentido à realidade.

Nessa concepção, não existem significados culturais essenciais, fixos e imutáveis, o que permite que as discussões sobre representações raciais sejam tensionadas e analisadas a partir de suas contradições, contingências e transformações históricas. Visto que são sempre produzidos dentro de contextos sociais específicos e marcados pelas disputas de poder inerentes aos processos históricos, os significados culturais não são evidentes e tampouco universais, pois diferentes grupos sociais produzem e reproduzem sistemas conceituais distintos.

A proposta deste capítulo, visa trabalhar a vivência migratória, com o intuito de humanizar os relatos migratórios, expondo a vida no Brasil desde a lente da migração.

Sabe-se que o foco deste trabalho é a maneira em que a Cidade de Foz do Iguaçu-PR conseguiu acolher uma das maiores comunidades árabes do Brasil, uma comunidade organizada digna de ser classificada como Diáspora. Desse modo, mostra-se necessária a conceituação do termo diáspora para o desenvolvimento de estudos que pretendam compreender os desafios do acolhimento aos migrantes e refugiados.

2.1 DA DIÁSPORA

O termo diáspora, usado pelas ciências sociais, era reservado a alguns povos (judeus, armênios, depois indianos e chineses), mas tem sido cada vez mais ampliado para incluir mais de 50 populações. Assim, acredita-se que a diáspora seja muito mais do que apenas o deslocamento de um grupo de pessoas, de acordo com Edwards (2017) a diáspora é um conjunto de processos sociais inseridos em um contexto temporal específico, e por isso, merecem reflexões mais profundas para sua compreensão. Nesse sentido, o problema do próprio conceito e uso do termo diáspora, também é alimentado constantemente em nosso século pelos deslocamentos provocados por guerras e por catástrofes humanitárias. As mudanças ocorridas pelas novas conjunturas exigem um estudo atualizado não só das causas e destinos desses movimentos, mas igualmente das populações que passam por tal processo.

Sendo a diáspora um resultado das diversas migrações que ocorreram ao longo da história, precisamos discorrer sobre suas questões conceituais e suas distintas perspectivas. O conceito de diáspora foi tratado por vários autores, entre eles Sheffer (1986), Safran e Raulin (1988), que chamaram a atenção para o surgimento de novas formas de organização na migração nas sociedades industriais, a migração laboral, a diversidade nas modalidades de migração que influenciam no motivo de formação de diásporas fazem com que seja necessária a generalização da noção de diáspora para incluir todos os tipos de dispersões populacionais.

Diante dessa generalização, é pertinente buscarmos compreender de forma mais específica tal conceito. A releitura do termo apareceu primeiramente em um artigo de Armstrong (1976) que pensava ser um erro considerar que o termo pode ser aplicado exclusivamente para a dispersão dos judeus, uma vez que outras diásporas já existiam antes (nabateu, fenício ou assírio), e para sua melhor utilização ele propõe três critérios de definição:

- a) O desenvolvimento e manutenção de uma identidade própria das comunidades diaspóricas;
- b) Uma organização interna da diáspora distinta daquela de seu país de origem ou destino. Esta organização social é essencialmente baseada no comunitarismo, o que permite a diáspora ser discernida em seu país de recepção sem ser separatista;
- c) Contatos significativos com o país de origem, seja de fato (viagens, remessas, etc.) ou simbolicamente.

Outros autores, como Esmam em (SEFFER, 1986), restringem o uso do termo a uma categoria de migrantes, ele se refere às minorias. Safran (1991), por outro lado, confirma que o termo diáspora pode ser considerado uma designação metafórica e, portanto, pode referir-se a populações muito diferentes: “expatriados, expulsos, refugiados políticos, imigrantes e minorias raciais”. Ainda outros autores propuseram certas tipologias combinando critérios diferentes.

Alain Medam, por exemplo, levanta uma tipologia de diásporas essencialmente baseada no grau de coesão e dinamismo da organização da diáspora. Ele as distingue entre cristalizadas e fluidas. Entre as diásporas cristalizadas ou flutuantes, encontramos as diásporas dinâmicas por redes transnacionais altamente eficientes. Na outra extremidade estão as diásporas amorfas com redes muito fracas. Por sua vez, Michel Bruneau (1995) propôs uma tipologia baseada em o que, segundo ele, é a base da organização de uma diáspora: a empresa (para libaneses), religião (judeus e gregos pônticos) e política (tibetanos, palestinos). No entanto, Gabriel Scheffer (1993) distingue entre uma diáspora sem origem e outra que foi privada de seu estado nacional. Robin Cohen (1997), por fim, propõe uma tipologia que combina várias características: imperial/ colonial; trabalho/ serviço; comércio/ negócios/ profissional; cultural/ híbrido/ pós-moderno.

A questão da circulação migratória ocupa um lugar importante na análise das diásporas; toma-se o exemplo da constituição de um território nômade, no qual grupos de migrantes se movem indiferentemente de um lugar para outro. Além disso, para Cohen (1995), a experiência da diáspora moderna é baseada na relação entre a mobilidade de bens concretos, bens abstratos e pessoas que acentuam o contrato relações e uma cultura cosmopolita.

Nesse sentido, mais uma vez ressalta-se que este é um tema importante devido a quantidade de pessoas vivendo fora de seu território natal. Estima-se que cerca de

33 milhões de pessoas viviam fora de seus países de origem em 1910, número que chegou a 175 milhões em 2000, ou seja, enquanto a população do planeta triplicou nesse período, o número de pessoas que vivem fora de seus países de origem aumentou seis vezes (ROTTA; LIEBEL, 2019).

Por isso, a necessidade de abordar os sentidos de se pensar novas abordagens epistêmicas para o conceito de diáspora se tornam fundamentais. É um exercício útil diante da realidade da globalização, e dos novos deslocamentos em massa. Ao procurar enxergar os deslocamentos humanos a partir dos olhos da interdisciplinaridade, temos a oportunidade de abrir os horizontes do entendimento das diásporas. Sobretudo assumindo a reflexão de que novas formas de compreender a ciência, descentralizada, abandonando os constructos rígidos do eurocentrismo como únicas maneiras de pensar, são possíveis e profícuas no âmbito da compreensão de processos que envolvem agentes do mundo todo e que se movimentam por contextos, dinâmicas e temporalidades distintas (ROTTA; LIEBEL, 2019).

O foco não está mais apenas no estudo de comunidades étnicas e/ou nacionais, mas também a dispersão de comunidades linguísticas, religiosas e culturais tem sido analisada sob o signo da diáspora. Nesse sentido, cabe refletir sobre a especificidade da diáspora, fugindo da simplificação, evitando de perceber como iguais todos os movimentos migratórios. Uma análise, que como dito anteriormente, vem sendo generalizada atualmente, por isso, uma expansão temática, conceitual e geográfica que leva, nas palavras de Rogers Brubaker (2005), a uma diáspora da diáspora é necessária.

Nessa esfera se observa com igual importância os efeitos da dispersão de comunidades inteiras, efeitos linguísticos, religiosos, culturais, como mencionado. Nos estudos sobre as comunidades e indivíduos que fazem parte de uma diáspora, a análise compreende uma série de “papéis diaspóricos” exercidos pelos atores, que vão de escravos a trabalhadores regularizados, de exilados a refugiados. Nesse amplo espectro, não há modelo ou enquadramento possível.

Desse modo, ao pensarmos em termos de diáspora, devemos considerar que cada caso necessita de uma observação mais detalhada, pois são suas experiências distintas que modulam as principais dinâmicas do processo de deslocamento. Poucas abordagens têm como problema focal esferas mais subjetivas de análise com o intuito de compreender de que maneira a existência desses indivíduos é afetada por essas

experiências e, para além disso, quais são as novas formas de existir que lhes são ofertadas como possíveis. Para isso é necessário mais do que uma relação processual entre causas e efeitos; é necessário evidenciar estruturas de grande profundidade a serem repensadas. Isso porque, existem diferentes tipos de diásporas, entre as quais, por exemplo, as diásporas persecutórias (ou de vítimas) e a comercial.

As primeiras têm como casos mais notórios a diáspora dos armênios e a dos judeus; já as diásporas comerciais, imperiais, de assentamento e de trabalho, como defende Robin Cohen (1997), retiram do conceito de diáspora a sua vitimização e, assim, modificam o seu gradiente de análise cultural, que se mobiliza por uma inserção desses grupos em sociedades hospedeiras com o objetivo de melhorar o nível de vida dos descendentes através da tentativa de obter ganhos financeiros, territoriais e comerciais. Seus maiores destaques são os casos das diásporas grega, chinesa, caribenha, indiana e mexicana. Novamente, aqui é possível perceber o caráter próprio de cada comunidade que se movimenta.

Para esse trabalho de observar as comunidades e os grupos que participam de dispersão, percebe-se que as identidades, que se pretendem tão homogêneas e perfeitas, constituem-se, na verdade, a partir de um processo de assimetrias que, por vezes, podem se tornar violentas e brutais. E é a partir desses entrelaçamentos que surge, precisamente, aquilo que chamamos de cultura ou identidade e que, partindo desse paradigma de conflitos, se encontra bastante distante dos discursos difundidos acerca de uma autenticidade, seja ela étnica, política ou econômica.

Nesse sentido, o suposto caráter homogêneo das culturas vem sendo questionado, mas ao mesmo tempo, é possível verificar uma certa sobreposição do fator cultural sobre os atores diaspóricos, como se a cultura fosse um elemento transnacional dominante e, de certa forma, mesmo independente dos indivíduos que a carregam e a (re)criam (ROTTA; LIEBEL, 2019).

As variáveis que são focadas nesses estudos culturais são:

- a) a dispersão: a orientação em direção ao país natal, quer dizer, o cultivo de uma memória e de uma identidade que remetem ao país ou à comunidade de origem;
- b) a manutenção de uma fronteira em relação ao país hospedeiro, ou seja, mesmo que exista um alto grau de integração ou mesmo um sentimento de pertença, ainda é possível distinguir elementos culturais que possibilitem o reconhecimento de uma única “comunidade transnacional”.

Dessa forma, a diáspora é diferente da migração, que se constitui como uma estrutura binária de partida de um país e a chegada a outro, ou seja, um processo linear de um ponto “a” a um ponto “b”. A diáspora, diferentemente, modula-se principalmente por práticas e sentidos de ressignificação. Repensando três pontos fundamentais:

- a) afirmação de um pertencimento;
- b) legitimação e visibilidade;
- c) uma negociação política com o Estado e com a sociedade para a inclusão de novos horizontes de direitos no campo político.

Nesse sentido, os processos diaspóricos não podem e nem devem ser entendidos a partir de uma relação causa/efeito, ou seja, atribuir o trânsito a uma motivação exclusiva ou rígida, que tem como desfecho o “direcionamento” de determinadas comunidades para um lugar específico, bem como o seu estabelecimento na sociedade de destino a partir de termos já acordados. Ou seja, não há uma razão econômica, ou política, ou social, ou étnica. Há um conjunto de elementos, algumas vezes todos os citados acima, que constituem uma situação de vulnerabilidade social e que motivam as movimentações humanas nessa busca abrupta por mudança.

Nesse sentido, a diáspora pode ter uma implicação mais sensível no âmbito das acepções simbólicas, que serão fundamentais na construção das novas identidades ou das identidades híbridas – reconhecidas socialmente, já nesse momento, como distintas das “autênticas”. Assim, a diáspora produz agentes sociais que se confrontam como novos espaços e tempos e, dessa forma, modificam-se, ao passo que esses mesmos agentes sociais são modificadores ativos desses novos espaços receptores. Vistos os conceitos de diáspora, sua dualidade e a identidade dos grupos sociais que a compõem, cabe agora pensar o papel do espaço geográfico em todo esse processo.

O espaço é fundamentalmente produtor de três aspectos: primeiro, como relacional e produtor de relações; segundo, como esfera de multiplicidade e produtor de diferenças e, terceiro, como um processo e não como um sistema. Com a noção trazida até o presente momento, considera-se mais relevante levar-se em conta a noção processual do conceito de diáspora e menos causal ou seu efeito. Nesse processo a coletividade é elemento constitutivo e imanente a esse movimento migratório, pois a construção de uma visão de mundo que se rearticula para essa

comunidade é amparada, fundamentalmente, na sociabilidade da mesma entre si e, posteriormente, na extensão desses e de novos laços relacionais com a sociedade que recebeu o grupo (ROTTA; LIEBEL, 2019).

Nas comunidades diaspóricas há um encontro, das antigas e novas bases culturais que se deparam e se conformam em uma identidade múltipla, balizada substancialmente pela diferença. Tais considerações reforçam o fato de que a escrita da história desses grupos tem, com a ascensão do tema da diáspora nos estudos históricos, uma nova perspectiva de tendência transnacional e global. Isso porque as narrativas, que eram brutalmente ligadas às histórias nacionais dos países europeus, passam a ser concebidas em termos mais amplos, com foco no movimento dos povos e de suas culturas.

O despreparo para administrar esse fenômeno criou um imaginário de caos frente ao “problema dos refugiados”, um imaginário alimentado pela imprensa e pelas políticas das grandes potências que viam os seus exércitos deslocarem populações locais e acabavam recebendo, como refluxo, esses contingentes populacionais. A incapacidade dos Estados transferiu o problema para a caridade, para os vários comitês e instituições que passaram a olhar pelos refugiados. No entanto, o direito a asilo tinha perdido sua validade por duas razões: em primeiro lugar, havia refugiados demais, e em segundo lugar, eles não podiam ser considerados refugiados propriamente porque não eram perseguidos. A solução da caridade também não funcionava, pois não tinha significação Jurídica.

Se é possível falarmos do estado de exceção que, nas palavras de Walter Benjamin (2013)⁴, se tornou a regra de nossa história recente, os apátridas e refugiados são, a um só tempo, seus produtos mais antigos, suas evidências mais claras e suas cobaias mais úteis. Isso porque o apátrida e o refugiado estão em um não lugar em termos jurídicos. Não têm documentos que o permitam ficar, não têm lugar para onde voltar, não têm espaços para onde seguir. Presos em um nebuloso paradoxo, eles não dispõem de nada além de seu corpo e de sua memória, e um corpo que está completamente à mercê, pois nem mesmo um Estado que o reclame existe.

⁴ A tradição dos oprimidos ensina-nos que o “estado de exceção” em que vivemos é a regra. Temos de chegar a um conceito de história que corresponda a essa ideia. Só então se perfilará diante dos nossos olhos, como nossa tarefa, a necessidade de provocar o verdadeiro estado de exceção; e assim a nossa posição na luta contra o fascismo melhorará.

Em outras palavras, o corpo transitante é também um corpo que subverte a ordem das normas que organizam a sua própria corporalidade em estruturas de heteronormatividade, cuja resistência identitária se dá não apenas nos aspectos mais visíveis ou palpáveis, naquilo que se refere a costumes ou saberes compartilhados corriqueiramente e que dão sentido àquela comunidade no país receptor. Por conta dessa condição de precariedade em sua superfície corporal, a experiência da diáspora recebe outros olhares mais sensíveis e subjetivos, para além de suas faces de hibridismo e de remodelação cultural. Trata-se de uma remodelação de existência.

Essa condição específica dos refugiados, apátridas e exilados impõe uma reflexão sobre a própria natureza do Estado nacional, sobre as possibilidades que instituições internacionais podem oferecer a essas pessoas e sobre as possíveis soluções à sua não existência jurídica. A busca por uma solução deve passar, necessariamente, pelo rompimento com o enquadramento político e jurídico do Estado Nação. Mas qual a via para isso?

Como Seyla Benhabib (2004) demonstra, o apelo às instâncias internacionais, como a própria ONU, não gera resultado efetivo porque essas mesmas instâncias não ultrapassam a esfera do Estado nacional. Ela cita a Declaração dos Direitos Humanos, de 1948, que reconhece o direito de emigrar, quer dizer, de transpor fronteiras, mas não garante o de migrar, ou seja, o de entrar em um país, pois isso feriria o princípio de soberania nacional. Não existe qualquer tipo de obrigação dos Estados frente a refugiados, exilados ou pedidos de asilo.

Não existem leis ou direitos para os indivíduos, portanto, que não estejam também atrelados aos Estados. No momento em que um refugiado deixa suas bordas ele está por sua conta e risco. Apenas em um sistema que transcenda as fronteiras do direito é que o refugiado pode ter uma existência política e social garantida, desligada do reino da ilegalidade e do estado de exceção que ele impele.

Isso porque ela diz respeito ao viver junto, ao agir junto. Um mundo globalizado, como o que vivemos, não é necessariamente um mundo compartilhado (HEUER, 2016), e as distâncias burocráticas entre os indivíduos podem ser as maiores divisoras dos povos e das culturas. Tais distâncias cobrem todo o globo, mas se mostram de forma mais clara no não lugar que as diásporas podem acabar por produzir. É esse não lugar, conjugado ao espaço do político, o espaço-entre (Inzwischen) a ser criado na vivência pública dos atores diaspóricos, que reserva a mudança de paradigma nos estudos e reflexões sobre o tema da Diáspora.

Compreendendo o reconhecimento de suas existências e de suas corporalidades em um aspecto muito mais amplo daqueles abordados nas teorias tradicionais até então. Subvertendo a ideia da assimilação cultural, os diaspóricos desenvolvem uma nova forma de experiência que envolve não apenas a sua aceitação, mas também uma nova forma de compreender as suas corporalidades, as suas visibilidades, precisamente onde as suas presenças desafiadoras incitam novas formas de reconhecimento social e de relação com a ideia da diferença.

Nesse sentido, cabe expor um exemplo de diáspora para que seja possível refletir sobre a capacidade do Brasil em oferecer a tão almejada estabilidade social e dignidade humana, observando especificamente a acolhida aos migrantes árabes.

2.1.1 Diáspora Libanesa no Brasil

Entre 1870 e 1880 entraram oficialmente 1.946 árabes no Brasil. De 1880 a 1888 houve queda nos números, mas em 1889 as entradas subiram para 1.823 (BRACARENSE, 2005). Segundo Mariana Bracarense, na década seguinte procuraram o Brasil 15.321 sírios libaneses, e nos anos que precederam a Primeira Guerra Mundial o número de imigrantes turco-árabes para o Brasil chegou a 33.220, sendo 10.866 em 1914. As causas da migração apontadas nesse período são o serviço militar obrigatório, que em 1909 foi estendido aos cristãos que antes eram dispensados, os altos impostos, as doenças e os conflitos religiosos.

Em seguida, de 1920 a 1930, a entrada de libaneses no Brasil oscilou entre 1.000 e 5.000 pessoas por ano. Em 1930, a depressão econômica e a adoção de uma política de imigração pelo governo brasileiro reduziram esses números. Apesar da ausência de incentivos governamentais para não-europeus, o Brasil foi o país que recebeu o maior número de imigrantes libaneses. No período de 1900 a 1914, o direcionamento dos migrados se deu principalmente para os Estados Unidos e Brasil. Coincidindo com a presença do Império Turco-Otomano na região, essa fase foi marcada pela saída de intelectuais e de uma classe social relativamente abastada (médicos, professores, poetas, escritores).

A migração espontânea para o Brasil intensificou-se, durante o final do século XIX e primeira metade do século XX. Assim, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), desembarcaram no Brasil 98.9624 de origem libanesa, na virada do século XIX para o século XX (ANDRADE, 2007). No período de

1920 a 1943, durante o mandato francês, os emigrantes partiram para a América do Sul e as colônias francesas e inglesas da África do Norte. A partir desse período cresceu a saída de muçulmanos, os motivos dessa saída podem ser identificados principalmente como decorrentes da pobreza e da falta de perspectiva econômica na região (OSMAN, 2007).

Posteriormente, na década de 50, a migração desde o Líbano intensificou-se devido à instabilidade política causada pela criação do Estado de Israel. Seu território se deparou com milhares de palestinos refugiados que aumentaram os problemas religiosos, sociais e a pressão sobre o mercado de trabalho. A invasão do exército sírio ao leste do Líbano sob o argumento de defender a supremacia da região e o revide de Israel aos países que ofereciam proteção aos grupos que reivindicavam a libertação da Palestina acarretaram inúmeros conflitos (BRACARENSE, 2005).

Já na década de 1970, o rei da Jordânia expulsou os palestinos de seu território e grande parte desses refugiados também fixou-se no Líbano, que se tornou alvo dos ataques de Israel. E assim, em 13 de abril de 1975 teve início a Guerra Civil Libanesa que opôs cristãos e muçulmanos, palestinos e libaneses, xiitas e sunitas. Até 1990, ano do fim da guerra, mais de cem mil pessoas haviam sido mortas, cerca de 30% da população havia sido evacuada e trezentos mil libaneses optaram pelo exílio. Até 1970 migraram 4.420.000 de libaneses, cerca de dois milhões migraram para o Brasil, o que significa que quase 50% deles escolheram o país como morada (ANDRADE, 2007).

Sara Andrade (2007) também observa que os libaneses foram os que mais ocuparam as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. E isso aconteceu devido ao trabalho itinerante do mascate, o qual permite classificá-los como “bandeirante da modernidade brasileira” por ter feito a ligação entre os centros urbanos e as áreas rurais e interioranas do país. A zona rural era a base espacial das atividades dos mascates, os quais contribuíam para diminuir a dependência dos colonos em relação aos fazendeiros ao fornecer uma alternativa à venda da fazenda e utilizar condições de pagamento mais tolerantes que as praticadas pelos patrões.

Nesse sentido, Bracarense (2005) explica que no início, os primeiros libaneses eram em sua maioria homens casados que partiam para o Brasil em busca de fortuna e que esperavam retornar em breve para sua terra natal, ou solteiros que queriam enriquecer e voltar para casar e formar suas famílias. Os primeiros grupos que

voltaram espalharam em todo o Líbano as boas notícias sobre o Brasil, seu povo pacífico, sua hospitalidade e a facilidade de conseguir trabalho.

No entanto, o movimento migratório, de acordo com Osman (2007), deve ser entendido não como um fenômeno conjuntural, mas sim como resultado decorrente de circunstâncias históricas locais e regionais, aliados aos acontecimentos exteriores. Cabe, igualmente, mencionar a ressalva de Andrade ao dizer que para muitos dos que chegaram após a década de 20, “fazer a América e amealhar uma fortuna não acabou representando mais que um sonho”. Pois já em 1893 mais de 90% dos mascates eram libaneses e sírios, ser mascate chegava a ser um fatalismo dos imigrantes. A autora segue esclarecendo que depois de conquistar o mercado, o próximo passo foi o enraizamento social e este aconteceu principalmente com a forte inserção dos filhos de imigrantes nas carreiras liberais, principalmente medicina, engenharia e advocacia.

Nas primeiras fases de imigração, a mascateação (ou em casos mais raros o trabalho em lojas e restaurantes) permitiu o acúmulo de capital para a abertura de um negócio próprio e o financiamento dos estudos dos filhos. Para os pais, que começaram como mascates, “ver o filho doutor soou como uma compensação a suas próprias vidas sacrificadas”, dessa forma houve um investimento educacional muito forte na segunda geração e isso facilitou enormemente a ascensão social da colônia e seus descendentes (TRUZZI *apud* ANDRADE, 2007).

Gattaz afirma que o mascate faz parte da criação de uma identidade social dos migrantes libaneses no Brasil. O ofício de mascate foi fundamental na definição da imagem que os brasileiros fazem do grupo imigrante libanês e serviu de instrumento para a ascensão social tanto de cada indivíduo como do próprio grupo. A mascateação tinha as vantagens imediatas de dispensar qualquer habilidade ou soma significativa de recursos, não exigir mais do que o conhecimento rudimentar da língua portuguesa, e possibilitar a acumulação de capital em função exclusiva do esforço individual (GATTAZ, 2007).

Pode se dizer que no princípio do século XX, antes da Primeira Guerra Mundial, a imigração de libaneses aumentou, deslocando famílias inteiras. E as gerações posteriores de imigrantes foram estimuladas pela rede social que já se havia estabelecido, possuíam familiares e amigos bem colocados no Brasil. Assim, migrar para as Américas fazia parte do lugar comum entre as famílias libanesas que ficavam orgulhosas de ter parentes residentes no exterior. Finalmente, a partir de 1990, identifica-se uma manutenção do fluxo migratório em tempos de paz, ainda provocado

pelas dificuldades econômicas, falta de emprego e deficiência no sistema social. Contraditoriamente também foi o período marcado pelo retorno de um número considerável de emigrados, segundo Samira Osman (2007).

No caso específico da migração libanesa, Roberto Khatlab ensina que esse fluxo migracional não é fruto da paixão fenícia pela aventura e exploração, e sim “pela necessidade, pela falta de paz e de estabilidade político-econômica” (KHATLAB, 2002). Então, no caso específico de famílias libanesas, a premissa pela melhor qualidade de vida continua sendo a referência. Vemos então que o fenômeno migratório pode ser traduzido de diversas formas, dependendo do campo do conhecimento enfocada. Todavia, em todas elas sempre indica uma espécie de sentimento de degradação do ser humano o motivo da mobilidade humana:

“A expectativa de encontrar acolhida em outro país, após se distanciar de suas histórias, raízes e culturas, reside na serenidade e encanto de ao menos se encontrar respeito aos direitos humanos” (FRANÇA; PIRES; BERNER, 2016, p. 758).

Por isso, para Martins a problemática que acompanha a migração perpassa o caráter espacial e diz respeito ao objetivo de modificar o status quo como um todo.

Os problemas que aparecem não são relativos à migração de um lugar a outro, mas são relativos aos empecilhos à migração de uma posição social a outra no interior da sociedade. É o estreitamento das possibilidades de ascensão social [...] é preciso começar a repensar as migrações além de sua dimensão territorial e demográfica [...]. É preciso pensar no deslocamento social que existe no interior do deslocamento espacial, isto é, pensar nos fatores propriamente sociais, culturais e políticos embutidos no processo de migração (MARTINS, 2002, p. 132).

Assim, o sociólogo nos ensina que é primordial a consideração dos fatores sociais, políticos e culturais, como também nos convida a repensar as migrações para além das estatísticas. Considerando a necessidade de um olhar interdisciplinar sobre a temática, e no intuito de comprovar o alto nível de complexidade do deslocamento humano, apoia-se na literatura como ferramenta humanizada para compreender o vivenciado por migrantes. *Lavoura Arcaica* de Raduan Nassar, *Dois Irmãos* de Milton Hatoum e *Nur na Escuridão* de Salim Miguel são romances fictícios escritos por migrantes libaneses e seus filhos, todas resultados da vivência agri-doce composta por sofrimentos e sonhos. São narrativas e autobiografias que se estendem por nós ao alto mar, e por quilômetros de desertos de areia e de asfalto, narrando a história da humanidade como um todo.

Nesse sentido, o escritor Antônio de Mello e Souza, um dos maiores críticos literários brasileiros, afirma em uma de suas palestras sob o título “Literatura e a Formação do Homem” Antônio Candido (2012) que a literatura é capaz de não apenas se inspirar na realidade, mas também de contribuir para sua formação.

Muitas correntes estéticas, inclusive as de inspiração marxista, entendem que a literatura é sobretudo uma forma de conhecimento, mais do que uma forma de expressão e uma construção de objetos semiologicamente autônomos. (...) admitir que a obra literária significa um tipo de elaboração das sugestões da personalidade e do mundo que possui autonomia de significado; mas que esta autonomia não a desliga das suas fontes de inspiração no real, nem anula a sua capacidade de atuar sobre ele (CÂNDIDO, 2012, p. 85).

Sendo assim, no intuito de cumprir com o objetivo deste trabalho, escolheu-se o romance *Nur na Escuridão* do escritor Salim Miguel, para estabelecer um exemplo de vivência migratória das primeiras ondas de migração árabe que ocorreram nos meados do século XX. A mescla de ficção e realidade utilizada pelo autor, sendo que de um lado está a influência dos sentimentos e emoções expressas na criatividade, e do outro lado, a realidade e memórias de sua família narradas por ele⁵ justifica a escolha pelo romance aqui exposto.

O crítico e escritor Fernando Aínsa ensina sobre o papel da literatura na inovação ideológica e no rompimento das barreiras humanas, especialmente quanto ao estudo da migração, e nos apresenta a temática de uma forma nunca antes vista, permitindo um olhar diferente, um olhar desde a vivência própria ou ficcionalizada, desde a voz dos personagens que antes não tinham lugar de fala.

La literatura invita, por otra parte, a la transgresión; su misión es cruzar los puentes que tiende sobre las diferencias, asegurar que las señales de la creación crucen las barreras levantadas por los seres humanos, eliminando prejuicios y abriéndose genuinamente al otro. Confrontada permanentemente con la diferencia, con las asimetrías, con la discontinuidad, con fronteras de todo tipo, una buena obra literaria contribuye a hacer elásticos los límites existentes (AÍNSA, 2006, p.233).

⁵ Jornalista, escritor, e crítico literário há 50 anos, Salim Miguel estava em sua sala de trabalho na Agência Nacional de Florianópolis, no dia 2 de abril de 1964, quando foi detido “para averiguações”. Depois de passar 48 dias preso - experiência que 30 anos mais tarde se transformou no livro “Primeiro de abril: narrativa da cadeia” - Miguel se mudou para o Rio de Janeiro, onde viveu 15 anos fazendo livros e escrevendo em jornais. Foi um dos editores da revista Literária Carioca Ficção (1976 - 1979), que marcou época divulgando a melhor literatura e lançando novos talentos. Dirigiu, também, a editora da Universidade Federal de Santa Catarina (1983 - 1991), e a Fundação Cultural de Florianópolis (1993 - 1996).

Ao ampliar o debate contemporâneo sobre migração e possibilitar a participação do “outro” no processo de definição e exploração das nuances pertinentes às suas experiências, estabelecem-se, assim, novos parâmetros de interpretações coletivas, transfronteiriças e interdisciplinares por excelência. Toma-se como exemplo, o conceito inovador de Josefina Ludmer (2009), texto que propõe duas importantes rupturas: com a fronteira entre gêneros literários e com a fronteira entre realidade e ficção.

“Em virtude da entrega, numa constante travessia entre a realidade e a ficção, de conteúdo realístico alienígena aos parâmetros normalmente utilizados pelos críticos, parâmetros estes, que já não se aplicam às produções contemporâneas” (LUDMER, 2009, n.p.).

Segundo a autora, a "realidade ficção" exemplifica a superação da rigidez da autonomia literária que antes dividia e separava as obras e brinda a literatura com novas relações e novos “campos” pertinentes à temas contemporâneos do cotidiano, utilizando-se de um formato de representação artístico-realista do *status quo*. Esta iniciativa levou a autonomia literária ao encontro do seu fim assim como o fim das definições literárias clássicas que eram utilizadas para definir a obra ou o autor, como também o poder sociopolítico que essas classes exerciam.

O ponto cerne é, sem dúvida, que o pensar a literatura fora de parâmetros predefinidos dá liberdade e legitimidade aos autores antes marginalizados, de entregar obras inovadoras capazes de comunicar muito melhor com nossa realidade. A conjunção entre a realidade e a ficção é uma forma moderna de pensar a literatura, pois permite àquelas comunidades cujas expressões não estavam condizentes com os parâmetros rígidos da literatura clássica, liderar o movimento literário contemporâneo e atravessar as fronteiras disciplinares. Contudo, no que concerne ao cenário literário contemporâneo, as narrativas que reforçam a importância desse movimento humano brindam aos leitores um ponto de vista sobre uma realidade que, muitas vezes, por eles antes era desconhecida, uma realidade desde as lentes de pessoas com Salim.

2.2.2.1 *Filhos da Diaspora: Salim*

O migrante de primeira geração, nasceu no Líbano na pequena aldeia de Kfarssouroun, Cristão Ortodoxo filho de Youssef e Tamina. Veio ao Brasil em 1927

com apenas 03 anos de idade na companhia dos pais, tio e duas irmãs. A migração teria como destino inicial os Estados Unidos, porém o tio teve um quadro médico que impediu o embarque no navio. Para evitar a separação a família optou por não voltar, invés disso embarcaram em direção ao Brasil. Desembarcados no cais do porto do Rio de Janeiro, buscaram abrigo na casa de um primo em Magé, e posteriormente se mudaram para Santa Catarina, sendo em Biguaçu onde se estabeleceram por muitos anos.

Em 1943 a família de Salim⁶ fixou residência na capital catarinense, Florianópolis. Uma das características do autor é essa constante mudança de ambiente, movidas pelas circunstâncias de sua vida. Esses deslocamentos tiveram uma forte influência sobre suas obras. Apaixonado pela literatura, se matriculou no Curso Clássico do Colégio Catarinense; se casou com Eglê Malheiros e fez parte do Grupo Sul - Círculo de Arte Moderna, ajudou na criação do Museu de Arte de Santa Catarina, se dedicou a ficção pela liberdade que o gênero lhe providenciará.

Foi dono de uma livraria, trabalhou na UFSC e foi o diretor de sua editora, recebeu vários prêmios e títulos de honraria, entre eles o Prêmio Machado de Assis. Seus livros em geral trazem suas experiências mescladas com a ficção de sua escrita, com “Nur na Escuridão”, Salim Miguel totaliza 18 livros publicados. Este livro, em especial, é o mais marcante no que diz respeito à sua experiência de deslocamento. Em seu processo de imigração, do Líbano para o Brasil, o autor retoma não apenas suas memórias da chegada ao Brasil, mas também de toda sua família, principalmente de seus pais. É nesse cenário de travessia entre mundos que se inscreve o romance que iremos apresentar como um exemplo, que explicita as condições das primeiras migrações árabes ao Brasil. Influenciada, também, pela bagagem histórica do autor desta pesquisa.

A narrativa de Miguel Salim retratando sua experiência pessoal de migração é um exemplo vivo dessa travessia, em que uma família sai de sua terra natural em busca de um destino desconhecido, além do horizonte. E por isso seu livro, Nur na escuridão, nos oferece um material rico para estabelecer um ponto de partida na análise da forma em que eram acolhidos os refugiados e migrantes árabes no Brasil há mais de 100 anos. A família Miguel, originalmente denominada Michel, composta pelo patriarca José, originalmente denominado Youssef, um professor desempregado;

⁶ Orelha do livro Nur na Escuridão

pela matriarca Tamina, dona de casa, pelos seus três pequenos filhos: Salim, Fadua e Hend, e também pelo irmão de Tamina, João, que antes da viagem se chamava Hanna. Decidiram deixar sua terra porque não conseguiam mais manter uma qualidade de vida digna.

Crise. Dificuldades. Por todo o Líbano, raras as oportunidades de trabalho e empregos escasseiam. O marido sai em busca do que fazer, não tem nenhuma especialidade, mas várias habilidades; a mulher cuida da casa, atende aos irmãos. Youssef nunca fora homem acomodado. Trabalhará como ajudante de pedreiro, professor substituto de primeiras letras, assessor (seria esta a expressão correta:) de padre, cuidará de umas cabras vadias, fora operário de uma fabriqueta de azeite (...) Mas a situação se complica, aumentam as dificuldades, o desemprego, a animosidade contra ele (MELLO, 2014 apud MIGUEL, 2004, p. 54-55).

Com esse depoimento fica claro que assim como a família Miguel, a motivação não é apenas econômica, mas tem a ver com a necessidade de oportunidade e garantia de direitos. Tendo em conta a instabilidade social, econômica e política dos países árabes, a pesquisa acerca da migração árabe deve estar baseada em um entendimento mais abrangente da sociedade árabe contemporânea. De acordo com Laaouichi (2016) ao citar Gattaz (2001) menciona que o período de 1802 a 1920 – tem como característica o domínio do império Otomano – o autor supramencionado aponta como traço marcante o fator religioso, uma vez que o deslocamento estava associado à perseguição religiosa de cristãos no Império Otomano. Outro fator relevante foi o aspecto socioeconômico excedente populacional majoritariamente rural que vislumbravam melhores condições laborais.

Vemos, então, que como qualquer outra família imigrante, a família Miguel também se viu coagida pelas difíceis situações de sua terra natal. Em seu livro, aqui estudado, o autor aborda e narra o forte sentimento de frustração que seus pais enfrentam ao tentar viver em meio a tanta instabilidade política e econômica. Podemos, assim, observar como o quesito sentimental teve impacto nessa decisão de deslocamento.

Maktub. E está escrito. Vão partir. Optam pelos Estados Unidos. Embora exista outro empecilho: a cota para orientais está esgotada. Terão que se aventurar. Entrar, como tantos, pelo México, de contrabando. Paciência! Tamina já esteve nos Estados Unidos, conheceu muitos patrícios que fizeram o trajeto, existem pessoas que trabalham com isso, sabem como fazer a passagem, os irmãos insistem, venham queremos recebê-los, somos mais bem situados do que os parentes de Youssef no Brasil (MIGUEL, 2004, p. 56).

Como se pode ver, a decisão da Família Miguel foi seguir o rumo de tantos outros conterrâneos, tentar a sorte no mundo novo. Mas em que se baseiam ao escolher o destino?

Fixávamos as montanhas até que desaparecessem de nossas vistas enevoadas pelas lágrimas, produtos da amargura da separação. O navio ia rápido e logo, com a graça de Deus, estávamos entre céu e mar. Ao chegar a noite, um marinheiro francês veio até nós, falando também em árabe: - venham jantar (MIGUEL, 2004, p. 59).

Já em Marselha, a família Miguel teve complicações que os fez mudar o destino final, a América do Norte exigia que todos que embarcaram tivessem condições de saúde ideais, porém uma infecção ocular colocou toda a família frente ao paredão, era ou seguir para um lugar que permitisse a entrada naquelas condições ou voltar para o Líbano:

Reuniram-se. Vamos deliberar: e se retornássemos ao Líbano: Não! Um não unânime, jamais dariam esse gatinhos aos parentes, que haviam sido contrários à viagem, criticavam-nos, basteira isso de Tagarra, de viajar, viajar para quê, digam, que melhorar que nada no novo mundo, repetiam exemplos, o primo Skandar voltou na mesma depois de anos, pior de finanças e com doenças desconhecidas (...) não adianta, estamos decididos, e a entrada no país garantida. A família chegaria, como tantas outras, via México, tudo já previsto, contactos estabelecidos, até mesmo a pessoa que iria recebê-los ao chegarem em terras mexicanas, eis o nome, e a mãe empurrava um papel com o nome, um tal de Pablo Habib, certamente um patrício que falava árabe e já tinha prática, não teria maiores dificuldades em introduzi-los de contrabando nos Estados Unidos, como era comum (...) Não contavam com o imprevisto. (MIGUEL, 2004, p. 64-65).

Diante disso, decidiram seguir viagem para a América do Sul, um lugar pouco conhecido, porém seria a única oportunidade de escapar daquela realidade insuportável em que estavam. Essas são as palavras usadas pelo autor para descrever a forma como viviam sua família quando saíram do Líbano. Percebe-se a intensidade da sensação de desconforto e frustração, frente a possibilidade de não poder ter um futuro melhor, algo que sua terra não conseguia mais oferecer.

A família Miguel, depois de um longo trajeto, mais de um mês de viagem, e uma viagem que não foi nada confortável, finalmente chega ao seu destino. No entanto, essa chegada não foi calorosa, pois acima de tudo estava o medo diante das possibilidades de serem barrados pela vigilância sanitária, ou então de serem deportados pela falta de documentos hábeis ou até mesmo de serem alvos de xenofobia.

O temor que a toma é de todo tipo, inquietação que não a deixa. E vai durar: quantos dias a tal de quarenta, que parcela do Brasil seria aquela onde aportaram, claro, não podia ser o país de que ouviam falar, para onde tantos patrícios antes deles tinham vindo. E como fariam para se comunicar com Sada: E ali, com as pessoas que deveriam interrogá-los. Sim, ela sabe palavras do inglês, do russo, o Youssef, rudimentos de francês que se recusa a pronunciar. Alguém teria condições de entendê-los: o que sabiam de outros idiomas seria suficiente: Ou alguémalaria árabe. Com extrema alegria - e alívio - ouviriam, faladas por outrem, palavras que há muito só eles pronunciavam. Amanhece. Começa o desembarque. O que lhes chega é uma verdadeira babel, os mais diferentes falares se cruzam, palavras esdrúxulas lhe agridem os ouvidos, sotaques e pronúncias que não tem como identificar. Qual deles o do país para onde se dirigem, a que acabaram de chegar: Como se fazem entender se não existem intérpretes: Os documentos que tem em mãos bastam para serem aceitos:(...) (MIGUEL, 2004, p. 77).

Como pode ser visto, o deslocamento não se trata apenas de um mero rompimento, de um cruzar de fronteiras geográficas. Mas uma forma de enfrentar a realidade adversa mediante o enfrentamento de obstáculos, que até o momento eram uma barreira refletida na experiência dos indivíduos. Dessa maneira, entende-se que o trânsito realizado, o deslocamento de pessoas de sua terra de origem para outra, muitas vezes desconhecida, é motivada pelo desejo de deixar para trás as más experiências e abraçar a esperança de melhores condições de vida. É uma atitude quase inata ao ser humano, quando um ambiente não está sendo satisfatório para manter uma vida digna em qualquer um dos seus aspectos, mas principalmente o sustento e a segurança, o ser humano sai em busca de um novo ambiente que possa proporcionar essas necessidades.

Já no porto do Rio de Janeiro de 1927, ali, na escuridão da noite, com tantos rostos e idiomas, mas nenhum que seja familiar, a solidão e o medo toma conta da família, as possibilidades de que algo desse errado eram grandes.

(...) O pai titubeia, se vira para a mulher e para o cunhado. Decide. Chamar o motorista com um aceno, logo o homem atende, como se só estivesse aguardando por eles. Já com a pequena caderneta na mão o pai faz novo gesto, abre-a, aponta para a página, indica algumas palavras, o outro se aproxima, não consegue enxergar naquela escuridão, se esforça para ler - é então que o pai (ou toda a família, que está atenta ao que virá) ouve a palavra mágica: luz. O pai não entende o que o motorista quer dizer, em vão o homem repete mais alto, mais alto, luz. Luz. E faz uma careta, coça a cabeça, abre um sorriso que lhe revela os dentes perfeitos, puxa do bolso uma caixa de fósforos, a mãe murmura, tagur, tira um palito, acende, repete indicando a trêmula chama que logo se extingue, luz, rápido, acende outro palito, com ênfase repete o mesmo, letra por letra, l, u, z, antes de mais um LUZ - e só aí o pai entende a palavra que jamais esqueceria e lhe abre as portas do novo mundo. Abana a cabeça. O motorista volta a sorrir: luz. O pai também: luz. Nur. (MIGUEL, 2004, p. 25).

Logo, foi possível constatar que dentre os principais desafios enfrentados está a situação do país de origem, as adversidades da viagem e a comunicação desde a chegada. A situação instável do país de origem provoca em seus cidadãos o desejo de se deslocar em busca de melhores condições de vida. As complicações na viagem também se vê perpetuadas através do relato dos migrantes que tiveram dificuldades para acessar o país eleito por eles. No intuito de compreender as nuances em torno do acolhimento, apresentamos o trecho supracitado extraído do capítulo Luz, onde fica evidente o sentimento de solidão, o desconforto e a angústia de se chegar a um país no qual não se conhece ninguém, não se entende o idioma muito menos sua cultura.

Com a filha mais nova no colo, Tamina, mãe, acabe de entrar no prédio. Treme só de pensar-se perdida no Rio, um Rio inimaginável, sem que tivesse para onde se dirigir, de que modo se fazerem entender, como descobrir uma pensão nas suas limitadas possibilidades financeiras, qual o valor do dinheiro do país, quanto tempo demoraria até encontrar a irmã do marido, ou o irmão, se é que viriam a encontrá-lo. Tinha vaga ideia de onde a cunhada morava, bem menos vagas, claro, do que do cunhado, nem nome parecia ter, todos só se referiam a ele como o “irmão do norte”, ela sabia que a cunhada, com que o marido se correspondia, morava em qualquer parte do Rio, uma cidade, ou vilareja, alguma coisa parecida com Mag, Ma-gue, Mágé, não-não, Yussef voltava a procurar a caderneta, anotado em árabe e português, ma-gé, Ma-gue, de novo o apelo à miraculosa caderneta, espécie de abre-te-sésamo, infelizmente não tinha o endereço, de que maneira lhes escapara, só o nome e a palavra perdida no meio de esparsas anotações. Magé suficiente, alguém entre os patrícios devia conhecê-la, conhecer a irmã de Yussef, já o “irmão”, que vivia pelo norte - e o que o norte do país, onde, pelo amor de Allah, se localizaria ele, sumido no tal do norte, qual a dimensão do país e no país a dimensão do norte, e no norte o ponto exato, a rua, o número da casa, não tinha a menor ideia do tamanho de qualquer extensão de terra, tendo por base o Líbano, era uma falácia, o Líbano lá era medida de comparação! (MIGUEL, 2004, p. 31).

O trecho acima é do capítulo denominado “sorte” e narra a incerteza do destino da família que recém chega em terra brasileira e se apoia em familiares e de pessoas ao redor que possam reconhecê-los para garantir o acolhimento. O sentimento transmitido é que esta seria a atitude tomada no Líbano ao buscar um conhecido em outra aldeia. Por um lado, isto enaltece a importância da diáspora como organização de acolhimento dos recém-chegados, mas de outro mostra a simplicidade daqueles que navegam sem entender a dimensão das terras em que pisam.

A palavra mascate, por exemplo, tem um poder mágico, faz com que recue até a chegada a Magé. Esclarece, antes: pouco importa o que uma pessoa tenha sido ou queira ser, pouco importam sonhos, desejos, aspirações, fantasias. Ao chegar ao Brasil, libaneses e sírios, árabes em geral, começam mascateando, trouxas ao ombro, sorri e acrescenta, só bem mais tarde irão tomar conhecimento do outro significado da palavra trouxa. Se estão se

dando bem e o mascatear dá certo, vão deixar de ser trouxas, não demora adquirem um cavalo, uma carrocinha, depois podem ter uma vendola, um armazém, loja de tecidos, quem sabe um fabriqueta, bem poucos enriquecem, mas as novas gerações acabam por esquecer os sacrifícios dos pais, dos que não tiveram nasib, some a vez dos perdedores, dos tarragada que não deram certo, dos fakir, os pobres, e o que fica, para os que estão querendo aventurar, é a fama dos raros que fizeram fortuna na boa terra, animando outros para que se aventura, pois se a derrota se mantinha esquivada, a vitória era trombeteada (...) A primeira investida foi para Petrópolis, perto, acompanhado de um parente, que dominava os segredos da profissão, e não só dominava, gostava de mascatear, de conhecer novas gentes e novas regiões, sabia a melhor maneira de chegar-se às pessoas, bater nas casas, ser recebido, logo pedia uma caninha, um café. Explicou como o pai deveria agir. Cada país de origem pedia de um modo, bom perguntar logo a nacionalidade, indagar dos primeiros tempos deles ou dos antepassados, dos problemas de adaptação, ensinava, nunca dê o preço certo da mercadoria, para realizar a venda precisa pôr um preço sempre mais alto, depois ir cedendo, pechinchar se chama, faz parte de um jogo milenar, que a maioria dos levantinos domina bem, afinal descendem dos fenícios, exímios negociadores, que no longínquo passado percorriam os sete mares (MIGUEL, 2004, p. 82- 86).

Até hoje o ritual de mascatear segue vivo entre os árabes, eu mesmo já passei por ele! Nada mais é do que uma lição de humildade aos recém-chegados que sonham com todo tipo de riqueza e poder. Passar de casa em casa ou de loja em loja oferecendo produtos estes adquiridos por outros patrícios a prazo com a promessa de logo voltar com uma venda grande! Infelizmente existem casos que não compreendem a sabedoria por trás do mascatear, entendem que o não tomado uma e outra vez é humilhante demais para seus bicos e se aventuram em pularem etapas, abrindo lojas sem nem saberem se comunicar, o destino deles é de se presumir, a humilhação que tanto tentaram evitar. Uma passagem de volta ao seu país, pois quem não seguir as regras não pode jogar.

1932: chega a Biguaçu. A família se instala na casa de um patrício, que se encontrava para alugar. A casa na frente a vendola, nos fundos a acomodação da família, ali pertinho o rio. Ao lado, o casarão dos Reitz, tendo atrás uma engenhoca de melaço, o cheiro atingindo-os dia e noite. Quase em frente, a ferraria e pensão do seu Frederico. Em todas as mudanças o mesmo: o pai abre a vendola de secos-e-molhados e mascateia. Mais comum, faz ambas as coisas ao mesmo tempo. A mãe cuida da casa, cuida dos filhos, cuida de ajudar o painho miúdo comércio, cuida de animá-lo, se desdobra quando o pai, tendo comprado uma carrocinha e o cavalo Sultão, se demora mercadejando pelo interior do município. (...) A lenta passagem dos anos. A rotina. O Adaptar-se. A dúvida: o que é e o que não é rotina, o mundo em convulsão. Esperanças (e existiriam) se esboroam. Tudo em vão. É um vivem morno, sem perspectivas. Os sonhos de melhora com a vitória de Getúlio, sumidos. A inexorável sequência de acontecimentos que vão marcando a nação: a revolta paulista de 1932; a chamada Intentona Comunista de 1935; o putsch integralista de 1937; a decretação do Estado Novo; a aproximação do Getúlio com a Alemanha, namoro que duraria anos. Enquanto o pai ia acompanhando os acontecimentos que ocorriam no país, discutindo-os com os frequentadores da venda, atento à proximidade da

guerra, Franco na Espanha o primeiro indício. Será que reflexos de tudo isso se faziam sentir, de maneira clara em Biguaçu, a vendola do pai, núcleo aglutinador, onde se vinha discutir os acontecimentos da terra, informar-se do que ocorria pelo país e pelo mundo. Tudo chegava, de forma intermitente, pelas ondas do rádio Philips, captando o noticiário de emissoras, em especial a rádio Nacional, do Rio de Janeiro, ou nas páginas dos jornais O Estado e A Gazeta, de Florianópolis. O Pai vai, aos poucos, se tornando o centro daquele acanhado universo. As conversas emendavam até tarde da noite; queriam a opinião dele, pessoa tão sabida o seu Zé Gringo (ou Zé Turco, isto dito às escondidas), que além do complicado idioma escrito pelo avesso, da direita para a esquerda, logo dominara também o português, não só falava com certa fluência, como também lia e escrevia. Também a Dona Tamina, alguém lembrava, adicionando, também ela, que cabeça boa. Se não era de muita discussão, sabia tanto quanto o marido. Os filhos se envaideciam dos pais, colegas de escola comentando: ontem, lá em casa, meu primo, intrigado dizia, como é que pode, seu Zé e dona Tamina já sabem ler tão bem e escrever em português, e a minha irmã, que nasceu aqui mesmo, é analfabeta, teve que sair da escola, não adiantava; outro retrucava, vê só, temos entre nós que nada sabem e vem uns turcos para nos dar lição. Vergonha!

Seria o suficiente, aquela sabença para a vida prática, De que adiantava o apregoado conhecimento do português e do árabe, os rudimentos do inglês, do francês, até do russo, se no dia-a-dia dava tudo errado (MIGUEL, 2004, p. 116).

É importante frisar que a maioria dos migrantes árabes como é o exemplo da família do Salim, aprendem rapidamente o português graças a interação comercial necessária para a sobrevivência, outros migrantes da mesma época tiveram suas passagens pagas por agricultores para trabalharem na lavoura, mas os árabes viram no comércio o único meio de fazer a sua migração valer a pena. Mas como toda regra tem sua exceção, as mulheres árabes que não são expostas à rotina comercial, e que passam a maioria do seu tempo cuidando da casa e dos filhos tem muitos menos probabilidade de dominar o idioma, dou como exemplo a minha mãe que chegou no Brasil em 1990 e permaneceu por longo 20 anos sem nunca ter conseguido falar o português além do básico necessário para uma ida ao supermercado ou à farmácia por exemplo.

As crianças tinham inveja das outras, quando estas falavam dos avós carinhosos, dos brinquedos que ganhavam, das visitas que faziam. Um dizia: fui na casa do meu avô, sublinhava o avô, fiquei lá dias, tão bom; outra: a avó me mandou presentão, dinheiro pra uma bicicleta, precisam ver; uma terceira: pra mim foram brinquedos novinhos, doces. E os de vocês, por que nunca falam neles, onde moram, por que nunca vimos eles, nem foto pra mostrar tem, morreram é. Pediam pra mãe explicasse, depois iam ao pai, necessitavam saber, qual a razão, hein, qual o motivo, hein, insatisfatórias as parcas explicações, todas as crianças tem que ter avós, não é. Algumas crianças da vizinhança às vezes empunhavam até quatro; e eles nem um único. (...). Se a mãe dava alguns esclarecimentos, o pai era ainda mais parcimonioso. Raro falava da família dele, por mais que os filhos insistissem; apenas contavam da irmã de Magé, do irmão do norte nunca localizado, embora a busca prosseguisse. (...). As crianças do seu Zé Turco, Zé Gringo, seu Zé, seu Miguel, dona Tamina, sentiam-se diminuídas, desamparadas

com a ausência de avós, inexplicável falta. Iam, aos poucos, inventando avós, dando-lhes personalidade, uma fisionomia própria, só que, por vezes mutável, adaptada às circunstâncias, recriando-a à medida que cresciam. Por vezes lembraram seres míticos, resultantes de uma complexa alquimia extraída de conversas a que se adicionava personagens de livros, da fantasia menor ou maior de cada qual. Diziam: logo eles vêm nos visitar e trarão ricos presentes, chegarão em luxuosos carros, coisa rara à época em Biguaçu (e mesmo Florianópolis), nos tiram da pobreza, mãe não precisará se matar na trabalhadeira, pai na vendola ou mascateando. Em outras ocasiões fabricavam-inventavam cartas da Argentina, dos Estados Unidos, da Austrália, do México, até do Líbano. Numa elaboração minuciosa, fundiam avós de amigos com figuras entrevistas em jornais, em revistas em álbuns, em livros ilustrados, adaptações que não pudessem ser identificadas. Insatisfeitos com a colagem que se corporificava nem para eles mesmos, ampliaram a fantasia, agora eram personagens adaptadas de histórias que pai e mãe contavam; mais adiante e tão simpática avó dos livros de Monteiro Lobato. (MIGUEL, 2004, p. 119).

O desejo de ter por perto toda a família é também o mais preço mais caro que é pago ao escolher migrar, não por acaso que o sonho de todo migrante é de voltar à sua terra, o que une o migrante à sua terra tão distante é sem dúvida a memória afetiva que carrega da família que se encontra na terra natal, especialmente na solidão do migrar. O melhor exemplo desse sentimento ardente no coração de todo migrante é a canção *Ommi* (minha mãe) do cantor e compositor árabe Marcel Khalife⁷, canção que se tornou hino das saudades:

“Minha mãe
 Eu anseio pelo pão da minha mãe
 E o café da minha mãe
 E o toque da minha mãe...
 Minha infância cresce dentro de mim
 Dia após dia
 Eu amo minha vida porque
 Se eu morresse,
 Eu ficaria constringido com as lágrimas de minha mãe
 Leve-me, se eu voltar um dia
 Como um cachecol para seus cílios
 E cubra meus ossos com grama
 Batizado pela pureza do seu calcanhar
 Me amarre
 Com uma mecha de cabelo
 Com um fio que aponta para a cauda do seu vestido
 Talvez eu me torne um deus
 Um deus eu me tornaria
 Se eu sentisse o fundo do seu coração
 Coloque-me, se eu voltar
 Como combustível para acender seu fogo

⁷ Marcel Khalife nasceu em 10 de junho de 1950 em Amchit, Líbano. Ele estudou oud (alaúde árabe) no Conservatório Nacional de Música de Beirute e formou-se em 1971 e, desde então, vem injetando uma nova vida no oud. De 1972 a 1975, Marcel Khalife lecionou no Conservatório Nacional de Música de Beirute, em universidades públicas e outras instituições musicais privadas locais. Nesse mesmo período, ele excursionou pelo Oriente Médio, Norte da África, Europa e Estados Unidos fazendo apresentações solo no oud. Em junho de 2005, Marcel Khalife foi nomeado Artista pela Paz da UNESCO por suas realizações artísticas e contribuições humanitárias.

E um varal no telhado da sua casa
 Porque eu perdi minha força para ficar de pé
 Sem a oração do seu dia
 Eu envelheci... devolva as estrelas da infância
 Para que eu possa compartilhar com os filhotes de pardal
 O caminho de volta
 Para o ninho de sua espera
 (MARCEL KHALIFE)

Curiosamente, a trajetória do personagem principal deste romance *Lúdice* se encerra com o capítulo denominado “Sementes”, capítulo este que narra os últimos momentos de Yussef, que ficou conhecido como Seu Zé. Após longos anos de busca pela estabilidade e apesar dos contratempos e perdas trágicas vivenciados pela família, tudo era suportável desde que os filhos e netos estivessem ali, mas como todos, ele era apenas um mortal e chegava a hora de partir:

O silêncio se fecha, isola-os, um silêncio pesado, que esmaga, o filho não consegue falar, nem tem o que responder, e o que diria? E nunca mais, no decorrer dos tempos que lhe sobram, encontra explicação para o que lhe pareceu vir completar a frase, já de si completa, definitiva, frase tantas vezes repetida pelo pai nos longos meses da doença, o filho não consegue saber se na verdade o pai acrescentara, nas vascas da agonia, num derradeiro esforço, o que se encaixa no então dito, ou se em momento de plena integração apreendera o que o pai tentava, sem conseguir, voz sumida, retransmitir, e que era, sim, ibn, sim, filho, semente, deixo sementes, os filhos, os netos, novas gerações que me irão continuar (...) (MIGUEL, 2004, p. 257).

Quando Yussef afirma que se vai, mas deixa “sementes”, está reconhecendo a continuidade de sua trajetória através das novas gerações. Cabe salientar aqui, que essa continuação se dará não apenas com seus descendentes, mas também com os novos migrantes que virão. As sementes que encerram o Romance *Fictício* se ressignificam na história contemporânea da Diáspora Árabe no Brasil que, desde então, não parou de crescer e evoluir; incontáveis são os novos migrantes que seguiram os passos do Seu Zé e que depositaram na diáspora todos seus sonhos e esperanças de um futuro melhor.

O Livro *Nur na Escuridão* tornou possível entrar na intimidade de uma família migrante árabe do século passado e sentir na pele o que significa a vivência migratória e a importância de uma rede de apoio para sobreviver. O autor Salim Miguel, um Libanes que cresceu em Biguaçu, nos brindou uma valiosa obra que reflete o sentimento de milhares de migrantes. Portanto, e no intuito de demonstrar o avanço da diáspora árabe e acolhimento aos migrantes e refugiados, migramos de Biguaçu-SC à Foz do Iguaçu-PR onde, ao chegar do Líbano me estabeleci, cresci e fiquei

rodeado por uma enorme comunidade árabe, que existe desde o fim do século passado com a missão de sempre: Fazer a migração valer a pena!

2.1.1.2 Minha Terra

As margens brasileiras da tríplice fronteira com Paraguai e Argentina, receberam no ano de 1914 o nome Vila Iguassu (FOZ DO IGUAÇU, 1914), mas logo em 1918 começou a ser chamada de Foz do Iguaçu. Cidade que desde sua fundação, no início do século passado, conta com registros de migrantes por diversos motivos, em 1887 (WESTPHALEN, 1987). A maioria era formada por paraguaios e argentinos que trabalhavam principalmente em setores ligados à construção civil e na extração de erva-mate e madeira para o mercado interno da Argentina.

Para evitar que o território ficasse sob a influência de paraguaios e argentinos, durante a década de 1930, a colonização da região ocorreu por meio da chamada "Marcha para o Oeste", período em que o município foi povoado por migrantes internos brasileiros vindos das regiões mais ao sul do país. Compostos principalmente por descendentes de alemães e italianos, com aspectos socioculturais específicos e baseados na economia de subsistência, esses migrantes eram pequenos agricultores com uma cultura diversificada e autossuficiente.

Assim, até meados da década de 1970, a população de Foz do Iguaçu era majoritariamente composta por migrantes. Além dos migrantes brasileiros, também merece destaque a presença de migrantes argentinos e paraguaios devido à circulação facilitada de pessoas através das fronteiras. Enquanto os argentinos vieram para o município brasileiro em busca de melhores oportunidades de trabalho, os paraguaios se mudaram por falta de terra em seu país de origem, perseguição política, entre outros.

Um marco importante para os fluxos migratórios para Foz do Iguaçu e o desenvolvimento da população local foi a aprovação do Projeto da Hidrelétrica de Itaipu (1975-1982). A construção da usina binacional levou a um aumento significativo da população do município, que passou de cerca de 30.000 habitantes para mais de 120.000 em um período de dez anos. Nesse sentido, Foz do Iguaçu não estava preparada em termos de infraestrutura para acomodar todo esse contingente populacional, resultando em problemas socioeconômicos que ainda hoje são sentidos

(violência, desemprego, falta de emprego formal, vulnerabilidades ambientais, entre outras). (JAQUEIRA, 2016).

A construção da Hidrelétrica de Itaipu marcou o início de um novo ciclo econômico no município, conectando a região transfronteiriça por meio do comércio internacional. (CARDOZO, s.d, s.p.), É importante ressaltar que, nas décadas de 1980 e 1990, Foz do Iguaçu foi responsável por uma parcela significativa do total de migrantes vindos para o Brasil, principalmente de origem paraguaia e asiática: 17% e 13,28%, respectivamente. Nesse sentido, o último censo nacional, realizado em 2010, apontou uma população total de 256.088 indivíduos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021). De acordo com o Sistema Nacional de Cadastro Migratório, utilizado pela Polícia Federal, aproximadamente 15.210 migrantes foram registrados como habitantes do município de janeiro de 2000 a junho de 2021, o que significa que, oficialmente, cerca de 6% da população local é composta por migrantes. (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2021).

A diversidade cultural e étnica de Foz do Iguaçu e as intensas ondas de migração colocaram a cidade frente ao desafio de realizar as adequações necessárias para o acolhimento, atraindo para a região organizações internacionais interessadas na dinâmica do convívio pacífico como a OIM (FOZ DO IGUAÇU, 2013) que em vários momentos esteve presente para colher informações sobre as dificuldades enfrentadas pelos migrantes no que se refere aos serviços públicos para que seja assegurada a ampliação do diálogo, no sentido de garantir o acolhimento.

O resultado desse trabalho é a participação no processo Migra Cidades, uma parceria entre a Organização Internacional para as Migrações (OIM), a agência da ONU para as migrações, e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com apoio da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), e apoio financeiro do Fundo da OIM para o Desenvolvimento que tem como objetivo contribuir para a construção e gestão de políticas migratórias. O que levou ao engajamento do governo local e o aprimoramento dos serviços da saúde, educação e assistência social para que fosse possível a equidade entre todos os residentes da cidade. Um exemplo do sucesso dos treinamentos e processos de certificação pelos quais a cidade participou é a possibilidade de colher dados exatos sobre os países de origem dos migrantes que vivem no Município.

Segundo o Relatório mais recente, a maioria dos migrantes que vivem em Foz do Iguaçu tem as seguintes nacionalidades (dados de junho de 2021): Paraguai (45%), Líbano (15%), Argentina (8%), Venezuela (6%) e Colômbia (4%). Dos 15.210 migrantes registrados no município entre janeiro de 2000 e junho de 2021, 52% são homens (7.857 habitantes) e 48% são mulheres (7.353 habitantes). Enquanto a maioria desses migrantes têm entre 30 e 44 anos (38%), os migrantes que têm entre 15 a 29 anos representam 27% do total. Seguem-se os que têm 60 anos ou mais (11%) e os migrantes entre os 0 e os 14 anos (5%). (OIM; UFRGS, 2021).

O engajamento com a temática levou à realização de capacitações específicas aos servidores da saúde no intuito de compreender os direitos e necessidades dos migrantes (FOZ DO IGUAÇU, 2019). Já na Rede Municipal de Educação, além da capacitação dos professores realizada em 2018 pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Relações com a Comunidade, a Secretaria de Educação conta com um programa de acolhimento para os migrantes e tem mais de 400 alunos migrantes matriculados, advindos de 19 países (FOZ DO IGUAÇU, 2022). Já a Secretaria Municipal de Assistência Social que atua na linha de frente com os migrantes e refugiados em situação de vulnerabilidade, criou um protocolo que reúne detalhes sobre como agir e quais os fluxos a serem seguidos diante de uma ocorrência, fortalecendo a rede de atenção municipal e garantindo um atendimento eficaz ao migrante.

Contudo, é importante ressaltar também o papel da Secretaria de Direitos Humanos e Relações com a Comunidade criada através do Decreto Municipal n. 26.244 do dia 16 de março de 2018⁸, que é responsável, junto com as Universidades pela criação do Guia para Migrantes e Refugiados em Foz do Iguaçu⁹, promoção de debates como por exemplo o Ciclo de Debates: América Latina e os 70 anos de Declaração Universal dos Direitos Humanos, realizado em parceria com a Universidade Federal de Integração Latino Americana – UNILA, como também o

⁸ Dentre suas ações está a regulamentação da Lei n. 2.718 de 2002 que protege os direitos humanos das pessoas com orientações sexuais e afetivas das violações e agressões e posteriormente a articulação e criação de um comitê em prol da população LGBTIQA+ do município. Capacitações em Direitos Humanos na Rede Municipal de Educação, que resultaram num concurso de Desenho e Redação sobre a temática, outra capacitação que trouxe grandes resultados é a que foi realizada com a Guarda Municipal quase com a totalidade dos seus integrantes. A celebração do Mês da Mulher com eventos e palestras de conscientização e empoderamento da mulher e a garantia de seus direitos, A idealização e execução da I Jornada de Saúde da População Negra voltada aos médicos, enfermeiros e agentes de saúde da rede pública municipal.

⁹ GUIA MIGRANTE.pdf

desenvolvimento de cursos de capacitação em Língua para Migrantes, Refugiados e Apátridas.

Além disso, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Relações com a Comunidade é responsável pela idealização e assinatura do Termo de Cooperação para Fortalecimento da Proteção e Integração de Migrantes e Refugiados no Município de Foz do Iguaçu. Criação do Comitê Municipal de Atenção aos Migrantes, Refugiados e Apátridas (Decreto Municipal n. 27.094 de 27 de março de 2019) como também o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (Lei n. 4727 de maio de 2019).

Portanto, cabe ressaltar que o recente interesse Municipal pelas Políticas Públicas para Migrantes é, a nosso ver, considerado consequência de um resultado de um esforço de âmbito Nacional de lidar com as crises humanitárias que vem ocorrendo desde 2010 com a crise humanitária que atingiu o Haiti e forçou o deslocamento destes ao Brasil (UEBEL, 2016, p. 27-44). Logo em 2011, o conflito armado na Síria que provocou a busca de mais de 6,6 milhões de sírios por refúgio ao redor do mundo¹⁰. E mais recentemente a crise política e econômica que assolou a Venezuela em 2016 e chamou a atenção de organizações internacionais que buscaram socorrer os migrantes e intervir nas cidades fronteiriças.

Dentro deste contexto, trabalhar na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Relações com a Comunidade e representar a comunidade árabe no Conselho de Promoção da Igualdade Racial foi uma oportunidade de conhecer e acompanhar de perto a discussão e implementação de políticas públicas para migrantes e refugiados a nível municipal, conhecimento que me capacitou não apenas para a temática aqui exposta, mas também para receber o mais novo fruto da migração, a Rayhana.

¹⁰ UNHCR. **Syria Emergency**. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/syria-emergency.html>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

3 SEMENTES: RAYHANA

Ao receber uma ligação do Líbano de um jovem arquiteto chamado Mostafa, perguntando sobre como era a acolhida dos migrantes no Brasil, tomei como base a Lei de Migração, lei vigente até o momento para explicar como funciona o trâmite legal para quem busca residência no país, relatou também que Foz do Iguaçu tinha uma forte presença árabe o que facilitaria o processo de adaptação. A surpresa foi quando ele comentou que a esposa estava grávida de 08 (oito) meses. Mesmo assim, não hesitou em abandonar o país, que se encontrava em meio à uma severa crise econômica e política, tudo para garantir uma vida digna ao bebê que aguardavam. Curiosamente, o período em que acompanhei a vinda e adaptação do casal coincide com a época em que preparava o meu projeto para a qualificação. Nesse sentido solicitei ao Mostafa que relatasse em suas próprias palavras como foi a sua experiência como migrante recém-chegado no Brasil.

Meu nome é Mostafa Khansa, o nome da minha esposa é Sarah Manana. Desculpem as frases ruins e os erros gramaticais, mas não sou nada fluente em português, é quando o Dr. Ali me pediu essa informação, eu insisti que escrevesse em português. Saber que traduzo através de aplicativos a maioria das palavras e vocabulário. Devido à dificuldade de escrever um texto integrado escreverei as informações na forma de itens e elaborarei pontos por escrito, e escreverei informações sobre mim e minha esposa. A minha idade é 27 anos, minha esposa e eu temos a mesma idade, não há diferença de anos entre nós, pois somos colegas de classe. Somos Arquitetos que estudaram na Universidade oficial libanês (LU). Entramos em nossa especialidade com um concurso de entrada entre mais de 3000 concorrentes para ganhar uma vaga das 45 vagas designadas para esta especialidade a cada ano. O sistema de estudo na universidade é um sistema francês aprovado (LMD). É um sistema difícil, abrangente e diversificado, e muitos alunos não conseguem concluir seus estudos e se mudam para outras universidades devido à dificuldade e densidade das disciplinas de estudo. Terminamos os estudos universitários em 2018-2019. Com mestrado em arquitetura e planejamento Urbana. No final de 2018, também comecei a estudar filosofia política e relações geopolíticas por conta própria e obtive um primeiro mestrado na mesma no início de 2020. E por causa da ruptura do aparato administrativo e técnico da universidade após os eventos de outubro de 2019, e as greves de funcionários, professores e administradores das universidades, por muitas razões políticas, econômicas e sociais que afligiam o Líbano. A emissão de certificados e testemunhos que são elaborados aos alunos ao longo de vários semestres, e ainda não consegui obter uma declaração que comprove a minha escolaridade. Como eu, existem milhares de pessoas no Líbano que foram privadas desse direito. Pessoalmente, não pedi muito por causa da minha preocupação com o meu trabalho, mas no Líbano aqueles cujo futuro dependia de tal afirmação.

O jovem casal tinha tudo para prosperar, uma carreira que pode ser seguida em qualquer lugar do mundo, mas infelizmente o sistema libanês de educação está sucateado ao ponto de não poder nem mesmo emitir a declaração de conclusão de curso.

Sobre mim, comecei a trabalhar três anos antes de me formar na universidade, e meu trabalho foi em diferentes escritórios de engenharia, onde tive uma boa experiência em projeto e implementação. Participar do planejamento, estudo e acompanhamento do planejamento de mais de 5 grandes projetos da empresa, e trabalho pra conta própria em 10 pequenos projetos através dos escritórios das empresas em que trabalhei. Sarah também estava trabalhando durante esse período em contratos com as forças de emergência. Localizadas no sul do Líbano (UNIFEL-UN), e trabalhou com elas por cerca de dois anos. Também trabalhamos juntos em pequenos projetos habitacionais em algumas pequenas vilas, onde conseguimos atrair alguns clientes para trabalhar conosco, apesar da crise financeira que havia começado no Líbano. Estávamos trabalhando em mapas, design 3D & apresentação realista para os clientes profissionalmente. Depois de me formar, trabalhei em uma empresa por um tempo. Pedi demissão do trabalho após um curto período de tempo para me dedicar ao meu próprio negócio com Sarah, e foi um começo bem-sucedido e forte. Costumávamos trabalhar cerca de 15 horas por dia e construir nosso futuro e garantir as necessidades de nossa casa. Para ser claro, a crise econômica não é a única coisa que nos empurrou para fora do Líbano, mas há muitos fatores que nos forçaram a deixar o Líbano. Nos esforçamos muito para nos estabelecer e focar nosso trabalho no Líbano. E por isso que gastamos muito economicamente, e tempo para estabelecer nossa própria empresa no Líbano. Também participamos de muitas conferências e viagens científicas no Líbano e no exterior para transferir o nível de trabalho para um maior grau de profissionalismo e qualidade. Por isso fomos a várias conferências estrangeiras, por exemplo, na Coreia, Dubai, Síria, Iraque, Turquia, Kuwait, Irã, Qatar, além de várias participações europeias em Itália, Sérvia, Polônia, Letônia, Estônia e Finlândia. Também visitamos vários outros países como objetivo de turismo”.

No caso desses migrantes, a problemática não gira em torno da crise financeira por si, mas também fora relatado que havia uma grande dificuldade em estabelecer condições dignas que possibilitam um tratamento igualitário e de respeito como profissionais sendo eles de nacionalidade libanesa, isto se dá ao fato da reputação associada ao país estar economicamente e politicamente em ruínas.

Mas com o início dos eventos de outubro de 2019 no Líbano. Estamos assegurando dia após dia que não há equidade de oportunidades no Líbano. O nepotismo aumentou o sofrimento dos cidadãos, além do declínio acentuado e rápido dos serviços vitais. Por exemplo, mesmo que você tenha dinheiro, não há gasolina nos postos, e você terá que esperar talvez 5 horas por dia para abastecer o carro, ou terá que comprar gasolina no mercado negro a um preço alto. Neste caso, por exemplo, o gás é transferido para uso, a eletricidade a internet, até mesmo os setores médicos e hospitalares não escaparam dessa corrupção e injustiça ao cidadão. Até as crises incluídas, a crise da farinha e do trigo, matérias primas e suprimentos, água potável, fórmula infantil e anestesia de operações de emergência. Por essas razões, fomos obrigados a tomar uma decisão fatídica e muito importante, que é emigrar do país e não desperdiçar mais dinheiro e esforço. Começar em um

novo lugar que garanta a liberdade de trabalho e as liberdades pessoais, em que o morador e o cidadão obtêm seus direitos básicos que garantem sua dignidade e a ausência de sua labuta.

Os eventos mencionados dizem respeito aos protestos que tomaram as ruas da capital do Líbano, após anúncio do Governo de que seria necessário a cobrança de uma taxa sobre os serviços de telefonia *online* (*whatsapp*), tabaco e gasolina, aos poucos, a raiva que havia se acumulado por anos diante do reflexo da guerra na Síria na economia do país fez com que a população cometesse uma verdadeira rebelião civil que fechou ruas, queimou carros e demandou a renúncia de todo o governo¹¹.

Tínhamos várias opções para escolher o destino da imigração, e aproveitamos para estudar nas opções disponíveis. Os critérios que adotamos foram baseados em muitas considerações e itens que fazem parte de nossos pensamentos, aspirações, sonhos e nossas capacidades maternas e morais.

1. Liberdades pessoais e sociais
2. Benefícios de saúde, cuidados e seguro de saúde.
3. Segurança, proteção, justiça imparcial e proteção da família.
4. Naturalização de um recém-nascido no país.
5. Possibilidade de naturalização para os pais em curto período.
6. Aceitação de asilo nos cruzamentos e nos aeroportos.
7. Tratamento amigável com imigrantes e refugiados pelo estado e suas instituições e pelo povo.
8. Baixa taxa de racismo e crimes relacionados a diferença
9. Facilidade de interação cultural e social.
10. A existência de oportunidades de emprego devido ao rápido crescimento da economia.
11. Os preços aceitáveis e razoáveis são relativamente mais baixos do que os países da América do Norte e Europa, para que o imigrante possa viver uma vida digna e decente com uma boa quantia de dinheiro.
12. Boas relações diplomáticas e um passaporte respeitável.

Esses são os motivos mais importantes que nos fizeram escolher o Brasil como destino e por isso migramos para cá. Tomamos essa decisão e Sarah estava grávida, então tivemos que tomar uma decisão rápida. Nascer no Brasil é uma razão e um meio para o início de nossa nova vida aqui. Como estávamos com pressa, não conseguimos o visto para o Brasil, principalmente porque Sarah parecia estar grávida. A solução foi tomar a decisão de entrar ilegalmente no Brasil pela Bolívia por meio de contrabandistas. Tomamos essa decisão por compulsão, mas conseguimos localizar uma escala antes de nossa chegada à Bolívia no aeroporto de São Paulo, e demos asilo no aeroporto. Depois de pedir asilo, esperamos três dias no aeroporto. Os funcionários do asilo e do serviço foram muito gentis e educados. Para ser honesto, eles nos trataram muito bem, e foram muito cuidadosos, principalmente depois que souberam que Sarah está grávida e entrou no mês do parto. Enquanto isso, eu havia contado ao Advogado Ali Fayad, que, assim que obtivemos asilo, mandou um conhecido em São Paulo que cuidou de nós por dois dias, nos reservamos um hotel adequado e nos reservou em um ônibus com destino a cidade de Foz do Iguaçu.

¹¹ RÁDIO FRANÇA INTERNACIONAL (RFI). Protestos sem precedentes reúnem dezenas de milhares e ameaçam governo no Líbano. [s.l.], 18 out. 2019. Notícia postada no site do **G1**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/18/protestos-sem-precedentes-reunem-dezenas-de-milhares-e-ameacam-governo-no-libano.ghtml>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

Infelizmente, o trajeto ilegal tem sido muito comum e é a mais nova forma de exploração de pessoas no Cone Sul, ao indagar o casal sobre quem era a pessoa responsável pela travessia pela Bolívia pesquisei o nome e era um sujeito procurado pela Interpol por tráfico de pessoas.

Com a chegada do casal ao aeroporto de Guarulhos em São Paulo entrei em contato com o Posto de Atendimento Humanizado para acompanhar a situação dele que assim como o romance Nur na Escuridão, tiveram muita sorte de serem acolhidos pelos agentes da CONARE, no caso da família Miguel o acolhimento ocorreu por conta do taxista amigável que lhes ensinou a palavra LUZ!

Assim que chegamos Ali já tinha o CPF para nós também nos registramos no SUS e conseguimos cartões para nós, ele acompanhou a ficha do asilo conosco até conseguirmos a residência do asilo, nos ajudou a alugar uma casa. Ele nos ajudou a nos preparar para o nascimento da minha filha, porque era muito próximo, além de comprar as necessidades do bebê. Ele nos acompanhou por 15 dias completos até que nos instalamos em nossa própria casa, ele também nos ajudou em muitos assuntos particulares e até mesmo comprando necessidades e itens do supermercado e nos guiou para os melhores lugares que não aproveitamos como pessoas novas na área.

Já em Foz do Iguaçu, colocamos em prática a rede de acolhimento aos migrantes em situação de vulnerabilidade, os mesmo não tinham até o momento um lugar de moradia nem mesmo documento de identificação além do protocolo de solicitação do refúgio, foi necessário então entrar em contato com a Receita Federal e apresentar o protocolo de solicitação de refúgio e o Passaporte Libanês para a obtenção do Cadastro de Pessoa Física que possibilita a identificação dos mesmos no Brasil como contribuintes e diante disso foi possível a emissão do cartão SUS na Unidade Básica de Saúde considerada referência no atendimento aos migrantes e refugiados.

A. Dificuldades da nossa experiência desde a chegada até agora.

1. Burocracia no trato com a Polícia Federal
2. Um novo idioma que não conhecemos
3. Distância entres as cidades
4. Requisitos para alterar certificados vindos do Líbano
5. Falta de clareza sobre a possibilidade de concluir estudos de pós-graduação com base em certificados Líbano
6. Não existe um plano orientador para criar empregos para imigrantes universitários ou beneficiar das suas experiências.
7. Clima inconstante.

B. Pontos Positivos

1. A bondade das pessoas, sua diversidade e suas diferentes culturas.
2. Fornece todos os tipos de alimentos, suprimentos médicos e suprimentos para crianças.
3. Serviços médicos gratuitos (SUS)
4. Natureza bela
5. Disponibilidade de todos os serviços básicos. Eletricidade, água, internet, segurança, transporte público, estradas pavimentadas.

6. Espero que o que veio seja suficiente para explicar nossa situação como a imigração para o Brasil.”

Desde a estadia em Foz do Iguaçu o casal relata que se deparou com algumas dificuldades estando no topo da lista a burocracia exigida pela Polícia Federal para transformar o pedido de refúgio em Residência Permanente baseado na Lei de Migração que garante aos migrantes o direito ao Registro Nacional de Migrantes - RNM diante de reunião familiar com Brasileiro que seja da família ascendente ou descendente. No caso deles, com o nascimento da filha no Brasil, o que a torna brasileira nata, lhes dá direito a este documento.

Porém, ao apresentar o requerimento, levantou-se uma suspeita pelos agentes sobre a intenção da família seguir residindo o que fez com que a solicitação fosse suspensa para "diligências adicionais" e lá se foram dois meses sem o devido documento. Já a segunda dificuldade relatada pelo casal está a barreira linguística, onde o idioma nacional é muito longe do árabe e do inglês com os quais estão familiarizados, o fato de desconhecerem o português provoca uma frustração e dependência de um intérprete comunitário em todas as interações diárias, desde a compra de algum alimento até uma consulta no posto de saúde.

Na tentativa de aprender rapidamente o idioma, essencial para a sobrevivência do casal, os mesmos contataram um centro de ensino de idiomas que pertence a um migrante sírio localizado em Curitiba, e por meio de vídeo chamada o casal vai aprendendo desde o zero, os A,B's e C's do Português. A boa notícia é que este curso é reconhecido pela Polícia Federal o que significa que diante da aprovação dos mesmos será decretada a proficiência em língua portuguesa, uma condição necessária para quem deseja obter a naturalização.

A falta de condições financeiras obstruiu a oportunidade de aquisição de um carro para locomoção, o Mostafa está com uma bicicleta emprestada na qual vai ao mercado e farmácia em busca dos suplementos necessários, ao saber da necessidade de viajar a Curitiba para realizar a prova escrita de forma presencial se surpreendeu ao descobrir que entre Foz e Curitiba estão cerca de 600 km de distância. É importante destacar que o Líbano, país de origem, tem metade do tamanho do estado de Sergipe.

Ainda relacionado com a burocracia, mas, desta vez de trâmites internacionais o casal relata que pretendem seguir os estudos e até mesmo se inserir no mercado de trabalho formal de sua profissão, quais sejam Urbanismo e Arquitetura, porém os

certificados emitidos no Líbano não estão sendo aceito e ninguém logrou fornecer respostas sobre a possibilidade de revalidar os conhecimentos obtidos.

Sentiu-se também por parte dos migrantes, a falta de um plano diretor ou orientação que regulamenta a criação de emprego para imigrantes qualificados, ou até mesmo o aproveitamento de suas experiências nas devidas áreas de trabalho. Já do lado positivo, o casal aponta que se surpreenderam com o tratamento bondoso que receberam, da diversidade cultural existente na cidade e da convivência pacífica entre tantas etnias.

Também relataram que sentiram um grande alívio ao perceber que não havia escassez quanto aos suplementos médicos ou alimentícios e que poderiam optar pelo Sistema Universal de Saúde sem mais nem menos. Encantados pelas belezas naturais da cidade, também elogiaram a disponibilidade dos serviços públicos como água e luz, algo que careciam em seu país de origem.

Portanto, não se pode perder a esperança no futuro, nas sementes das diáspora, afinal, a Rayhana vai crescer em uma comunidade com mais de 60 anos de história. Para conhecer a trajetória da Diáspora Árabe em Foz do Iguaçu apoia-se em depoimentos colhidos pelo documentário (BLOG SABEN, 2019) “Árabes do Paraná” que aborda a migração árabe na região da Tríplice Fronteira, lançado em 17 de novembro de 2016, uma iniciativa do Conselho de Senhoras da Sociedade Árabe de Beneficência (Saben).

Nele estão depoimentos dos pioneiros que depositam memórias de uma Foz do Iguaçu sem Itaipu Binacional nem Ponte da Amizade, nele também encontramos relatos das mulheres que representam metade dos migrantes árabes, em papéis cruciais para o crescimento e o avanço da diáspora, assim como é revelada a instituição de algumas sedes importantíssimas para a manutenção da cultura e da tradição.

O documentário escrito e dirigido pela cineasta Lu Ruffalo recebeu verbas da Itaipu Binacional, além do apoio da Prefeitura Municipal, da Fundação Cultural de Foz do Iguaçu e do Hotel Bourbon. O foco do documentário é demonstrar a integração da comunidade árabe com a região, o que pode se tornar nítido desde o relato dos membros que estiveram aqui quando a cidade não tinha mais que 10 mil habitantes. Sabe-se que uma das famílias mais antigas da diáspora árabe em Foz do Iguaçu é a família Barakat cujo neto, o Ex-Vereador e Ex-Diretor de Assuntos Internacionais Mohamad Ibrahim Barakat:

Eu sou um dos primeiros netos, dos primeiros imigrantes, sírios para três américas, meu avô emigrou para o Brasil em 1892, meu pai chegou para Foz do Iguaçu mais ou menos em 1951, 52. Um dos primeiros imigrantes libaneses que chegou a Foz do Iguaçu e aqui ele radicou e aqui ele se sentiu bem, porque Foz do Iguaçu e a tríplice fronteira naquela época era dos paraguaios argentinos de todas as etnias daquela época, ele sentiu bem sentiu que ele estava em casa. A localização geográfica de Foz do Iguaçu, é uma das melhores localizações geográficas da América Latina. Em 1950 o município de Foz do Iguaçu era praticamente até Cascavel, era muito grande e não tinha naquela época mas 10 mil habitantes naquele município todo. Agora no município que era Foz do Iguaçu tenho certeza que são mais de 1 milhão de habitantes agora contando com a tríplice fronteira nós somos mãe do 2 milhão de habitantes. Então por isso hoje a gente acha e acreditamos que Foz do Iguaçu vai ser o futuro da sede do parlamento do MERCOSUL se eu falo de parlamento do MERCOSUL politicamente ou diplomaticamente é porque nós a UNILA que é o parlamento do saber de toda a América Latina e fora das riquezas naturais água a terra fértil além disso a riqueza humana, nós somos 80 etnias aqui na tríplice fronteira e Foz do Iguaçu temos todas as etnias do mundo vivendo uma harmonia uma fraternidade uma paz, fantástico

Além dos Libaneses e Sírios, a Diáspora Árabe conta também com uma forte presença palestina desde os anos 60, entre eles está o comerciante Mohamad Mahmoud Mohamad Hasan:

Cheguei aqui em Foz em novembro de 68 desde aquele tempo a gente tá morando aqui em Foz do Iguaçu, e a gente acompanhou todo o crescimento da cidade, e quando começamos com um comércio pequeno na Avenida Brasil, começou a crescer conforme a cidade estava crescendo. A partir da Usina de Itaipu na década de 70 aí a cidade foi crescendo aí a migração árabe desde aquele tempo cada vez mais tempo a Foz do Iguaçu, a cidade passou de 30 mil habitantes para quase 70 mil habitantes.

Sabe-se que o primeiro símbolo que reflete a comunidade e a tipifica como diáspora é o Clube União Árabe de Foz do Iguaçu cujo presidente atual é o Sr. Majed Mohamad Rahal, nascido em Foz do Iguaçu e que conta que seus pais vieram das do Vale do Bekaa em busca de prosperidade e de paz:

Vieram do Vale do Bekaa no Líbano na esperança de encontrar uma vida melhor em paz, para o melhor sustento das suas famílias, vieram para Foz do Iguaçu, no começo dos anos 50, como é de costume libanês onde tem uma família começa a atrair os parentes das suas cidades de origem. E o comércio está no sangue da cultura libanesa em especial, a cultura árabe do modo geral e o que motivou essas pessoas vir a Foz do Iguaçu, foi o princípio da escassez do comércio começando o ciclo de mascate no Brasil através dessa região toda Foz do Iguaçu, Guaíra, Cascavel naquela época onde tinha a circulação de navios e os mascates percorriam nesta região. No início dos anos 60 foi fundado o clube União Árabe, é um clube social onde foi um ponto de encontro às suas famílias para momentos de lazer e diversão, usar a estrutura, o local para a cultivar as suas raízes (RAHAL, 2022).

Já no ano de 1981 é instituída a primeira Associação com intuito beneficente, conhecida como Sociedade Beneficente Islâmica de Foz do Iguaçu, que hoje conta com mais de 40 anos de atividade, participação em conselhos como o Conselho

Municipal de Promoção da Igualdade Racial e é casa do Grupo Escoteiro Libano Brasileiro. Em 2022, teve sua utilidade pública reconhecida pelo governo local pelo trabalho social e cultural realizado ao longo destes anos. Neste mesmo ano foi lançada a pedra fundamental da Mesquita de Foz do Iguaçu, que hoje é uma atração ao lado das Cataratas do Iguaçu e da Itaipu Binacional. Um de seus fundadores é o pioneiro Abdo Majid Rahal:

Eu cheguei em 27 de novembro de 1959 antes tinha 6 mil habitantes antes de chegar aqui era cidade pequena, era toda terra. Meu primo tinha uma loja aqui, tinha chegado antes, e carregava uma mala e começava a mascatear, eu comecei com 15 dólar, com 15 dólar comecei a trabalhar, e subimos como qualquer patrício que chegaram antes ou chegaram depois, depois fomos passando a mercadoria para o Paraguai, a gente passava pelo porto franco onde tinha uma marinha lá embaixo, antigamente não tinha a ponte. Foz do Iguaçu começou a crescer, cidade do leste lá no Paraguai não existia, era porto franco lá embaixo. Foz do Iguaçu é uma cidade que eu amo aqui não tem cristão nem muçulmano nem sunita e xiita nem nada, tem! Mas cada um por sua parte, tudo unido. Foz do Iguaçu começou a crescer quando começaram a construir a Itaipu aqui, chegaram a trabalhar 42 mil operários.

O documentário também entrevista o guia religioso da Mesquita naquela época, Sheik Abdo Sheik Abdo El Nasser El Khatib:

E notamos que a comunidade árabe muçulmana em Foz do Iguaçu é considerada a segunda maior do Brasil e da América Latina. (...)Foz do Iguaçu, essa é a terra que abraçou os imigrantes, os filhos deles que já são os cidadãos paranaenses. A mesquita de Foz do Iguaçu que foi inaugurada em 1985 é considerada um dos pontos turísticos da cidade de Foz do Iguaçu, os turistas que vêm do Brasil inteiro do da América Latina do mundo visitam as Cataratas Itaipu, a mesquita também é considerada um ponto turístico, a mesquita que recebe durante os meses aproximadamente 5 mil turistas.

Como se pode ver, parece eterna a preocupação da comunidade com a manutenção de seus valores culturais e religiosos, neste sentido, em 1982 começou a funcionar a Escola Árabe Brasileira para providenciar aos filhos da Diáspora o básico da língua árabe e religião muçulmana. Segue o relato da diretora Maria Aparecida F. Brites de Moraes:

A escola nasceu da necessidade justamente de dar continuidade aos costumes da religião e da cultura árabe nós desenvolvemos vários projetos dentro da escola. Hoje contamos com os alunos em três modalidades de ensino: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Os pais dos alunos que hoje são matriculados na escola foram meus alunos no passado então essa relação veio só enaltecer o que a gente objetiva dentro da escola e é justamente a integração da cultura brasileira com a cultura árabe então há uma modalidade de negócio que se misturam bem como de costume e nós trabalhamos de uma forma em que ambas as culturas possam crescer.

A demanda pelo ensino formal era tão grande que no ano de 2001 foi inaugurada a primeira escola no Brasil que possuía a língua árabe como matéria curricular, a Escola Libanesa Brasileira, onde tenho o orgulho de dizer que estudei e me formei. O Guia Religioso Sheik Mohamad Khalil, também Professor na Escola compartilha neste fantástico documentário o seu relato:

A nossa escola é Brasileira 100% Nós temos é alunos cristãos Libaneses, temos de todas as escolas de pensamento religioso Sunita, Xiita, Drusos, dentro da escola mantemos a união humana, mantemos a união de ser humano. Todas as disciplinas das Ciências, Matemática, Geografia, História, Literatura, Língua Portuguesa pura. Além disso, uma lição diariamente da língua inglesa e uma lição também diariamente da língua árabe, claro que o ensino religioso não é obrigatório para todos os alunos, nós temos alunos que durante a aula, eles pedem a licença e saem fora porque eles seguem outra religião.

Importante ressaltar o protagonismo feminino presente na Diáspora Árabe, através de lideranças de Associações Benéficas, movimentos sociais e políticos. O papel da mulher na organização social da diáspora, merece ser reconhecido e visualizado pelas experiências individuais que diferem das experiências masculinas no intuito de criar uma onda de conscientização e evitar a violência de gênero. Fátima Mansur (Associação Senhora Fátima):

Mas eu me considero também depois de 20 anos e morar aqui como cidadão brasileiro então e nossos filhos que também são brasileiros mesmo então gente quanto sente com a brasileiro ajudamos o brasileiro gente nós temos que pensar que um dia nossos filhos que são brasileiros pode ser que eles vão precisar de ajuda também. Fazemos vários trabalhos sociais, comemoramos todas as datas islâmicas também faz parte da nossa cultura datas especiais brasileiras como páscoa, dia das crianças a dia das mães natal nossa associação foi fundada para clarear para as pessoas aqui na cidade de Foz do Iguaçu que também a mulher muçulmana ela tem muita igualdade como homem que ela pode trabalhar ela pode ser médica ela pode trabalhar na área de ser juíza pode ser advogada pode ser qualquer área que ela quis trabalhar ela pode trabalhar a nossa religião não quis falar que só a mulher pode ser mãe ou dona de casa.

Vereadora e Advogada Dra. Anice Nagib Gazzaoui:

A nossa primeira audiência pública da nossa casa de leis foi para debater o uso do véu das mulheres muçulmanas do Hijab em documentos oficiais, principalmente na carteira de identidade RG e no CNH, mas eu me mulheres muçulmanas eram obrigadas a tirar o véu na hora de fazer isso essa documentação além de estarem sendo ferido seu direito constitucional, o direito de crença, direito de religião mas também ali estávamos colocando em risco também a o próprio reconhecimento da pessoa, que o véu ele não é um acessório ele é uma vestia religiosa após a nossa audiência pública que após nosso nossos encaminhamentos reuniões com autoridades em Curitiba nós conseguimos reverter essa interpretação junto ao governo do estado. Nós criamos o dia do povo muçulmano instituindo no dia 12 de maio no entorno ano o dia municipal do povo muçulmano e nesta data todos os anos nós

vamos fazendo eventos debates junto à sociedade junto aos acadêmicos junto à população eventos abertos e mostrando um pouco da cultura como somos sociáveis e do quanto a comunidade muçulmana está inserida assim tanto no brasil tanto no paraná tanto aqui no município de Foz do Iguaçu.

Noha Sleiman Ghazzaoui (Grupo Damas da Mesquita)

o nosso grupo faz muita atividade aqui dentro da mesquita e com esse trabalho que a gente faz a gente faz muita arrecadação e para ser distribuídas para as entidades aqui na cidade, a gente recebe muitos srios muitos refugiados da sria aqui na nossa cidade muitas famílias são muitas famílias então antes de começar o mês de ramad a gente já tenta fazer um trabalho antes de começar o mês para que a gente possa dar estabilidade para essas família.

Khaoula Ahmad Barakat (Uno das Damas Libanesas) diz que:

A Uno das damas libanesas e uma associao beneficente que foi fundada em 2010 por um grupo de senhoras libanesas que optaram por um compromisso, social moral e tico com a sociedade iguaçuense, através de encontros com as senhoras da comunidade libanesa em Foz do Iguaçu ela recebe doaes em materiais escolares, brinquedo roupas ela repassa esses recursos para as creches escolas e entidades que cuidam das pessoas necessitadas.

Os relatos expostos demonstram o sentimento de orgulho pelas conquistas dos integrantes da diáspora que quando chegaram não tinham nada e ao passar do tempo foram desenvolvendo não apenas o comércio como também o ativismo social através das instituies beneficentes, culturais e religiosas. A presença rabe na Câmara Municipal é primordial para a análise da força da diáspora e sua união nos momentos cruciais. Verificado o avanço que partiu essencialmente do desejo e preocupao da sociedade contemporânea com o tema, constatou-se que existe, para as futuras geraes, uma luz no final do túnel, que revela a esperança de uma vida digna no qual serão capazes de usufruir de seus direitos, respeitadas suas peculiaridades culturais e étnicas mas isto só será possível quando estes preservarem a memória daqueles que tiveram que trilhar o caminho em absoluta escuridão, orgulhar-se de sua trajetória e passar adiante o seu legado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao materializar a memória daqueles que por esta terra já passaram, transformando-a em sementes de inspiração e sabedoria, e espalhá-las para que sejam usufruídas pelas novas gerações, resta a esperança de que a luz do sol aqueça seus corações e faça neles florescer o sentimento de apreço e gratidão pelas vivências dos antepassados e o dever de seguir semeando histórias de superação.

A palavra diáspora vem do grego “dia” que significa divisão ou dispersão e “*spiro*”, que significa semear as sementes. Dessa forma, etimologicamente o termo “diáspora” se revela como uma condição de semeadura, partindo de um primeiro movimento de dispersão. Para poder compreender como as “sementes” das migrações irão germinar e crescer, se faz necessário refletir sobre onde esses migrantes irão se estabelecer e as condições em que eles serão recebidos. Neste caso, a reflexão é realizada de maneira íntima, é um olhar para dentro da diáspora da qual faço parte, a diáspora Libanesa de Foz do Iguaçu-PR. Diante disso, estabeleceu-se como objetivo uma reflexão interdisciplinar sobre o avanço das políticas públicas no que diz respeito ao acolhimento e integração dos migrantes libaneses no Município utilizando-se da minha experiência pessoal e de narrativas de migrantes atuais que compõem a diáspora libanesa.

Para o devido fim deste trabalho tomou-se como ponto de partida desta pesquisa a conceituação da fronteira e as margens que definem o homem e a sociedade em que vive, ao navegar entre os sentidos dos limites geográficos e sociais, deparou-se com os processos socioculturais existentes nos territórios denominados zonas fronteiriças, região em que se reúnem diferentes grupos sociais que compartilham seus fenômenos culturais, linguísticos e étnicos. Contudo, com base no exposto anteriormente pode-se dizer que a região de Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina é uma transfronteira, não somente pelos constantes fluxos migratórios, mas também pelo fato de existir uma aglomeração pacífica de povos que se deslocaram à esta região, seja em busca de saúde, educação, moradia, infraestrutura, trabalho ou possibilidades de uma vida digna. A análise do conceito de migrante na legislação brasileira permitiu ainda, concluir que a aprovação da Lei de Migração foi essencial para o avanço das políticas públicas de acolhimento cultural e legal de migrantes e refugiados, abrindo as portas para o debate quanto à imagem do

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENCIA DA ONU PARA REFUGIADOS (UNHCR). **Syria Emergency**. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/syria-emergency.html>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

AINSA, Fernando. The destiny of Utopia as an intercultural and mestizo phenomenon. **Diogenes**, [s.l.], v. 53, n. 1, p. 31-43, 2006.

ALMEIDA, Gisele Maria Ribeiro de; BAENINGER, Rosana. **Modalidades migratórias internacionais**: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais. In: XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS. 2011.

ANDRADE, Sara Freire Simões de. **(Des) orientes no Brasil**: visto de permanência dos libaneses na ficção brasileira contemporânea. 2007.

ARMSTRONG, John A. Mobilized and proletarian diasporas. **American political science review**, v. 70, n. 2, p. 393-408, 1976.

BENHABIB, Seyla et al. **The rights of others**: Aliens, residents, and citizens. Cambridge University Press, 2004.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Tradução de João Barrento. Autêntica, 2013.

BERNER, Vanessa Oliveira Batista; PIRES, Thula Rafaela de Oliveira; FRANÇA, Julia Monteath de. Os estudantes africanos no Brasil na perspectiva da teoria crítica dos direitos humanos. **Revista Quaestio Iuris**, (s.l.), v. 9, n. 2, p. 757-787, 2016.

BLOG SABEN. **Diretoria da Saben visita o prefeito Rafael Greca para discutir sobre o projeto de implantação do Hospital de Beneficência Árabe do Paraná**. Maio, 2019. Disponível em: <<https://www.saben.org.br/noticias#Saben-lança-em-Foz-do-Iguacu-documentario-Árabes-no-Parana>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRACARENSE, Mariana Souza. **Representações da imigração libanesa em Belo Horizonte**. 2005.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 10 abr. 2023

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Estatuto do estrangeiro e regulamentação**. Brasília, 2009. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/531045>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

migrante e sua definição facilitando seu acolhimento e a acessibilidade ao seu universo.

Desde as primeiras ondas de deslocamento, a diáspora libanesa denuncia as dificuldades da terra natal e relata a procura por um futuro melhor, porém ao chegarem, se deparam com a angústia da solidão e o desconforto pela falta do acolhimento, motivos que forçam os mesmos a seguirem o ritual de mascate com o fim de se fortalecer através da interação comercial, logrando êxito em provocar transformações em sua classe social e sentirem segurança em replantar suas raízes e espalhar sementes. Cabe mencionar que a diáspora diz respeito ao desenvolvimento e manutenção de uma identidade própria de uma comunidade, com uma organização interna social baseada no comunitarismo e com contatos significativos com o país de origem, seja de fato ou simbolicamente. Ou seja, não basta o simples transplante de raízes de uma terra à outra, é necessária também a organização social do coletivo, a constante relação com o país/terra de origem seja por meio de viagens físicas ou até mesmo a celebração do sentimento de pertencimento, por fim, a representação política do coletivo.

No que tange a comunidade libanesa de Foz do Iguaçu pode-se dizer que todos os elementos necessários foram identificados com sucesso pois a comunidade conseguiu através se organizar com apoio em cultura e religião criando assim associações beneficentes e locais de oração, até mesmo escolas que manifestam orgulhosamente o pertencimento através do nome como por exemplo a Escola Libanesa Brasileira ou até mesmo pelo método de ensino do idioma árabe. Já a representação política é evidente diante da mobilização e votação por parte da comunidade libanesa, fato que levou à eleição de três representantes dentre os quinze vereadores da atual composição da Câmara Legislativa Municipal.

No intuito de buscar compreender os desafios enfrentados pelos filhos desta diáspora, tomou-se como ponto de partida o Romance autobiográfico de Salim Miguel denominado Nur na Escuridão que trata da jornada migratória de uma família Libanesa ao Brasil no ano de 1927, nesta obra foi possível identificar o sentimento de impotência e frustração dos migrantes ante a ausência do acolhimento mas isto não impediu a família Miguel de criar raízes e plantar sementes. Pode-se dizer que a resiliência manifestada por aquela família de migrantes colheu frutos mesmo que muitos anos depois.

_____. **Lei n. 13.445, de 24 maio de 2017.** Nova lei de Migração. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/nova-legislacao/item/13760-lei-n-13-445-de-24-de-maio-de-2017>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

_____.; ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Guia para Atendimento a Migrantes nos Serviços Públicos.** Disponível em: <GUIA MIGRANTE.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRUBAKER, Rogers. The 'diaspora diaspora. **Ethnic and racial studies.** v. 28, n. 1, p. 1-19, 2005.

BRUNEAU, Michel. Lieux de mémoire, hauts lieux et diaspora: Sanda et Soumela dans la diaspora grecque pontique. **L'espace Géographique, (s.l.),** v. 24, n. 2, p. 124-134, 1995.

CANDIDO, Antonio. **A literatura e a formação do homem.** 2012. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/download/8635992/3701>>. Acesso em: 13 maio 2023.

CARDOZO, Poliana Fabiula. **A imigração árabe em Foz do Iguaçu:** conservando sua cultura através de suas instituições representativas, Cardozo. s.l, s.d. Disponível em: <A IMIGRAÇÃO ÁRABE EM FOZ DO IGUAÇU: CONSERVANDO SUA CULTURA ATRAVÉS DE SUAS INSTITUIÇÕES REPRESENTATIVAS Poliana Fabiula>. Acesso em: 15 abr. 2023.

CARNEIRO, José Fernando. **Imigração e colonização no Brasil.** Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1950.

CASTLES, Stephen. Entendendo a migração global: uma perspectiva desde a transformação social. **REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana,** v. 18, n. 35, 2010.

COHEN, Robin. **Globalização, migração internacional e cosmopolitismo cotidiano.** In: BARRETO, António (Coord.). Globalização e migrações. Lisboa: ICS, 2005.

CONNECTAS DIREITOS HUMANOS. **Relatório anual 2017.** Disponível em: <https://www.conectas.org/wp-content/uploads/2018/09/Relatorio_anual_Conectas_2017.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

CONVENÇÃO RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS, 1951. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2023.

DE ALMEIDA, Guilherme Assis. A Lei n. 9.474/97 e a definição ampliada de refugiado: breves considerações. **Revista Da Faculdade De Direito.** Universidade de São Paulo, v. 95, p. 373-383, 2000.

DE QUEIROZ, Silvana Nunes; BAENINGER, Rosana. Migração de retorno: o caso recente das migrações cearenses. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 44, n. 4, p. 833-850, 2013.

DE WENDEN, Catherine Wihtol. As novas migrações. **Revista Sur**, 2016.

DEL'OLMO, Florisbal de Souza; ROTTA, Diego Guilherme. Considerações sobre a análise do processo migratório a partir da complexidade em Edgar Morin. **Revista Brasileira de Direito Internacional**, v. 3, n. 2, p. 40-58, 2017.

EDWARDS, Brent Hayes. Os usos da diáspora. *Translatio*. n. 13, p. 40-71, 2017.

FIORIN, José Luiz. **A linguagem humana: do mito à ciência**. Linguística, 2013.

FOZ DO IGUAÇU, PR. **Direitos na política migratória**. 23 maio 2013. Disponível em: <<https://www5.pmfi.pr.gov.br/noticia.php?id=31471>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

_____. **Guia para migrantes y refugiados en Foz do Iguaçu**. 30 jun. 2022.

Disponível em: <<https://www5.pmfi.pr.gov.br/noticia.php?id=50437>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

_____. **Rede municipal de ensino tem 402 alunos migrantes de 19 países**.

Disponível em: <<https://www5.pmfi.pr.gov.br/noticia.php?id=50709>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

_____. **Servidores da saúde participam de capacitações para aprimorar o atendimento à população**. 10 dez. 2019. Disponível em:

<<https://www5.pmfi.pr.gov.br/noticia.php?id=45032>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

_____. **Lei n. 1.383, de 14 de março de 1914**. Vila Iguassu: Histórico da Câmara Municipal de Foz do IGUAÇU. Disponível em:

<<https://www.fozdoiguacu.pr.leg.br/institucional/historia>>. Acesso em: 18 maio. 2023.

GATTAZ, André Castanheira. Líbano uno e diverso: as múltiplas identidades entre imigrantes libaneses no Brasil. **História Oral**, [s.l.], v. 10, n. 1, 2007.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 22, n. 2, 2017. Disponível em:

<<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71361>>. Acesso em: 18 maio. 2023.

HALL, Stuart. Culture and power. **Radical Philosophy**, [s.l.], v. 86, n. 27, p. 24-41, 1997.

HALL, Stuart. **Da diáspora**. Belo horizonte: UFMG, 2003.

HEDARI, Walid. Marcel Khalife Socio-political life: The case of "Oh My Father, I am Yusuf". **Revista de Ciencias Sociales**, v. 4, n. 1, p. 119-134, 2016.

As discussões sobre o acolhimento legal e cultural abrange a dificuldade de estabelecer aos migrantes e refugiado em geral, e da diáspora libanesa em particular, condições dignas que possibilitem o desenvolvimento pessoal e coletivo diante do modo em que muitas vezes ocorre a aplicação sem crivo da legislação, pois depende do agente público que muitas vezes tem um viés político que prioriza a linha de pensamento de defesa da segurança nacional. Outro empecilho constante é a falta de comunicação a nível governamental impedindo a implantação de um plano que gire em torno do acesso do migrante de forma facilitada não apenas à justiça, mas também à educação superior e ao mercado de trabalho zelando por suas peculiaridades culturais, étnicas e religiosas.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) Cidades - Paraná - Foz do Iguaçu - Panorama, 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/foz-do-iguacu/panorama>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

JAQUEIRA, Manoela Marli. **O trabalhador imigrante em Foz do Iguaçu: a legislação trabalhista sob a perspectiva dos direitos fundamentais e humanos**. 2016. 135f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), 2016. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/2580/1/Manoela_Jaqueira_2016.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2023.

KENICKE, Pedro Henrique Gallotti. **O Estatuto do Estrangeiro e a Lei de Migrações: entre a doutrina da segurança nacional e o desenvolvimento humano**. 2016.

KHATLAB, Roberto. **Mahjar: saga libanesa no Brasil**. Líbano: Mokhtarat Zalka, 2002.

LAAOUICHI, El Mostafa. **A emigração árabe no romance brasileiro contemporâneo: Nur na escuridão e a memória, a identidade, a alteridade e o estranhamento**. 2016. 125f. (Tese de Doutorado) - Universidade de Lisboa, 2016.

LIEBEL, Vinícius; ROTTA, Helen. Diásporas: Questões e Perspectivas sobre os Estudos de Imigrantes e Refugiados nos séculos XX e XXI. **Veritas**, Porto Alegre, v. 64, n. 3, 2019.

LUDMER, Josefina. Literaturas postautónomas 2.0. **Propuesta Educativa**, [s.l.], v. 1, n. 32, p. 41-45, 2009, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales Buenos Aires, Argentina. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=403041704005>>. Acesso em: 15 maio 2023.

LUDMER, Josefina. **Notas para Literaturas postautónomas III**. v. 20, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/Yp1SUo>>. Acesso em: 03 jul. 2022.

MARTÍN-RODRÍGUEZ, Manuel M. En la frontera del lenguaje: Escritores y lectores en " Peregrinos de Aztlán". **Bilingual Review/La Revista Bilingüe**, v. 19, n. 3, p. 57-70, 1994.

MATTHAI, Horst. El hombre y sus fronteras. Una vision filosofica. **Estudios sobre las Culturas Contemporáneas**, v. 4, n. 11, p. 37-58, 1991.

MÉDAM, Alain. Diaspora/diasporas. Archétype et typologie. **Revue européenne des migrations internationales**, v. 9, n. 1, p. 59-66, 1993.

MIGUEL, Salim. **Nur na escuridão**. 4. ed. Rio de Janeiro: TopBooks, 2004.

NAÇÕES UNIDAS. **ONU News**. Perspectiva Global Reportagens Humanas. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/>>. Acesso em: 15 maio 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Relatório da OIM**, 2005.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES(OIM); UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). **Migracidades Relatório de Diagnóstico 2021**: Foz do Iguaçu, PR, 2021. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/migracidades/wp-content/uploads/2021/02/Migracidades-Fozdolguacu.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

OSMAN, Samira Adel. **Entre o Líbano e o Brasil: dinâmica migratória e história oral de vida**. 2007. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PEREIRA, Tamara Francielle Fernandes. O estatuto do estrangeiro. **Anais do**. p. 19. 2017.

RÁDIO FRANÇA INTERNACIONAL (RFI). Protestos sem precedentes reúnem dezenas de milhares e ameaçam governo no Líbano. [s.l.], 18 out. 2019. Informação postada no site do **G1**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/18/protestos-sem-precedentes-reunem-dezenas-de-milhares-e-ameacam-governo-no-libano.ghtml>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

RESTA, Eligio. **Direito fraterno**. Tradução de Sandra Regina Martini Vial. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

ROJO, Luisa Martín. **El análisis crítico del discurso: fronteras y exclusión social en los discursos racistas**, 2012.

SAFRAN, William. Diasporas in modern societies: Myths of homeland and return. Diaspora: **A journal of transnational studies**, (s.l.), v. 1, n. 1, p. 83-99, 1991.

SHEFFER, Gabriel. **From Diasporas to Migrants—from Migrants**. Diasporas and Ethnic Migrants: Germany, Israel, and Post-Soviet Successor States in Comparative Perspective, 2003.

SILVA, Leonardo Soares Quirino da. Líbano 2006: a guerra dos 30 dias?. **Revista Educação Pública**, (s.l), v. 1, n. 1, 05 set. 2006. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/6/32/libano-2006-a-guerra-dos-30-dias>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Os indivíduos como sujeitos do direito internacional. **Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos**, Fortaleza, v. 12, n. 12, p. 23-58, 2012.

UEBEL, Roberto R. Georg. O redirecionamento da política externa brasileira para imigrantes e refugiados: o caso da imigração haitiano no início do século XXI. **Estudos internacionais**, (s.l), v. 4, n.1, p. 27-44, 2016.

VALENZUELA, José Manuel. **Transfronteras:** fronteras del mundo y procesos culturales. Tijuana: El Colegio de la Frontera Norte, 2014.

VERTOVEC, Steven; COHEN, Robin. **Migration, diasporas and transnationalism.** Cheltenham, Northampton, 1999.

WENDEN, Catherine Wihtol de. As novas migrações. **Revista Sur, Revista internacional de Direitos Humanos**, (s.l), v. 13, n. 23, p. 17-18, 2016.

WESTPHALEN, C. M. **História Documental do Paraná:** primórdios da Colonização moderna da Região de Itaipu. Curitiba: SBPH-PR, 1987. p. VII.

ANEXO 1



ANEXO 2



Câmara Municipal de Foz do Iguaçu - PR
Trabalho e Transparência

Mapa do Site Acessibilidade Contato

Buscar no Site

Página Inicial • Sobre a Câmara • Processo Legislativo • Transparência • Carta de Serviços • Leis • Administrativo • Ouvidoria
Perquntas Frequentes

Você está aqui: Página Inicial / Sobre a Câmara / Notícias / Sociedade Beneficente Islâmica é declarada de utilidade pública

Sociedade Beneficente Islâmica é declarada de utilidade pública

Recomendar 0 Compartilhar Tweetar

por Diretoria de Comunicação – última modificação 04/11/2022 09h07

A Sociedade Beneficente Islâmica foi declarada de utilidade pública, por meio de um **projeto de lei (131/2022)**, de autoria do vereador Adnan El Sayed (PSD). A votação foi acompanhada por integrantes da comunidade árabe.



Foto: Christian Rizzi - Câmara Foz

"A Sociedade beneficente islâmica, nesses 40 anos, vem participando de várias atividades de ajuda ao próximo, cultura, educação. Então, esse título é merecido. E, mais do que isso, é incentivo para continuar e ampliar as atividades", declarou o proponente do título, vereador Adnan El Sayed (PSD).

O líder religioso, Sheik Mohamad Khalil, destacou: "Nosso lema é sermos filantrópicos e assim, a nossa sociedade. Isso vai fortalecer nossos laços, nossa dedicação, nossa missão". Na oportunidade da votação da matéria, ele explanou ainda que "a Sociedade Beneficente Islâmica tem uma missão, da natureza humana, de amar, respeitar. Temos uma missão humana, divina, para representar Deus na Terra". "Ficamos felizes que nossa sociedade esteja sendo reconhecida. Com certeza a instituição terá um grande benefício. Muito me orgulha", enfatizou a vereadora Anice Gazzaoui (PL).

Com a declaração de utilidade pública, deve cumprir alguns requisitos legais e também poderá receber subvenção social do Poder Público.

Sessão Plenária

Ao Vivo

NOVO Portal da Trans

Novo Portal da TRANSPARÊNCIA

Portal da Transparência



Fonte: <https://bit.ly/3UmSUVU>

ANEXO 3 - CARTA ABERTA A COMUNIDADE ÁRABE com res



Fonte: <<https://www.fozdoiguacu.pr.leg.br/institucional/noticias/camara-envia-carta-aberta-a-comunidade-arabe-em-respeito-e-comemoracao-ao-dia-25-de-marco>>.

GUÍA PARA MIGRANTES Y REFUGIADOS EN FOZ DO IGUAÇU





GUÍA PARA MIGRANTES Y REFUGIADOS EN FOZ DO IGUAÇU

